

GUERRA SUBVERSIVA

SUBSÍDIOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE REACÇÃO

HERMES DE ARAUJO OLIVEIRA
Ten-Cel do Corpo do Estado-Maior
do Exército Português

SUMÁRIO

I — CONSIDERAÇÕES INICIAIS

II — BASES DA AÇÃO

- A — Ação de âmbito nacional
- B — Ação de âmbito local

- 1) Durante o período da incubação
- 2) Durante o período da violência

a) Ação militar

- Dispositivo a criar
- Repartição de forças
- Cadeia de Comando
- Cadeia Logística
- Conduta das Operações
- Informações e transmissões

b) Autodefesa das populações

c) Ação policial

d) Ação sobre as populações

III — CONCLUSÃO

APRESENTAÇÃO

O substancioso trabalho que entregamos à meditação dos nossos leitores é devido a um dos mais ilustres e conceituados escritores da moderna geração militar portuguesa.

O Ten-Cel Hermes é autor de muitos e importantes ensaios e estudos, vários dos quais lhe valeram honrosas laureas literárias; não obstante, tem-se detido mais nos momentosos problemas relacionados com a ação do comunismo no mundo, e com os modos de neutralizá-la e combatê-la com eficiência.

Da sua lavra, damos especial destaque a "Guerra Revolucionária", livro editado em Lisboa, em 1960, e que em 1962 já entrava na 3.^a edição, tal o interesse que despertara em todos os setores responsáveis e patriotas de seu País. É um verdadeiro tratado e, ao mesmo tempo, um guia seguro e objetivo, nos meandros desta terrível, mas real guerra revolucionária comunista; por isto mesmo vem de publicá-lo a nossa Biblioteca do Exército.

O que se vai ler é tirado, "data venia", dos números de Nov e Dez de 64 da Revista Militar, de Portugal. Ao fazer esta transcrição, do texto integral, desejamos também prestar uma homenagem à gloriosa Nação Portuguesa, cujos problemas em Africa, que com tanta determinação vem enfrentando, representam muito mais o ataque insidioso do comunismo internacional a um sistema organizado, do que uma espontânea explosão independentista, que noutras circunstâncias poderia ser louvável e respeitável.

Finalmente, cumpre-nos assinalar que se trata de um estudo, com opiniões pessoais, de pessoa altamente abalizada para emití-las. Esse e estas servirão de precioso subsídio aos nossos militares, em especial, — para que formulem seus próprios conceitos, pois o assunto é novo e vasto, e sobre ele estamos longe de ter dito a última palavra. É o resultado a que almejamos.

Major JONAS CORREIA NETO

Este trabalho mais não é do que uma contribuição — muito embora modesta — para o conhecimento das bases em que de fato a resposta à subversão há de assentar. Produto de cuidada e longa meditação, feita sobre os elementos obtidos quer por observação direta quer por diálogo e alicerçada em preparação teórica e prática, nascida em grande parte do contacto com situações desta natureza, não pretende elle ser a Verdade sobre o problema mas tão-somente um ponto de partida para discussão, em busca da sua exata solução.

Se estudiosos mais competentes se lançarem nessa discussão, expondo as suas valiosas opiniões, que sejam lições para todos nós, muito haveremos de beneficiar, pois passaremos a ter o que por ora não temos — uma doutrina — e a saber o que ainda não sabemos — eliminar a subversão. E, porque o verdadeiro objetivo imediato deste trabalho terá sido alcançado, sentir-me-ei largamente compensado dos esforços até hoje desenvolvidos.

I — CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A guerra subversiva é uma realidade dos nossos dias. Suponho estar ela presente e firme em todos os espíritos, pois só não reconheceria esta verdade quem nunca houvesse meditado, mesmo ligeiramente, sobre o assunto, quem estivesse obcecado por idéias estranhas.

Nessa luta, não obstante a manifesta superioridade, em material e em efetivos, da ordem estabelecida, o adversário alcança, por toda a parte, êxitos que, na quase totalidade dos casos, lhe proporcionam a vitória. E assim acontece porque utiliza métodos e armas que, por muito tempo, não mereceram a atenção dos responsáveis pela resposta a dar-lhe.

Representa a subversão, sem dúvida, perigo mortal. Todavia, a ordem estabelecida dispõe de suficientes possibilidades para a combater. Os fracassos até hoje sofridos perante ela resultam apenas da sua má utilização.

Para a defrontar, importa fazer uma preparação consciente, através de um exato conhecimento daqueles métodos e daquelas armas, pois só assim será possível encontrar uma resposta ajustada.

De maneira geral, os Comandos, porque apenas sabem conduzir a batalha clássica, pretendem obrigar o rebelde a travá-la, confiados naquela superioridade de meios. E, todavia, procedimento errado. Na verdade, o rebelde, certo de que, colocado frente às forças da ordem, num campo de batalha clássico, seria aniquilado em poucas horas, furtar-se-á sempre a essa manobra, pelo menos enquanto não tiver a certeza absoluta de dispor, nesse campo de batalha, de meios superiores àquelas. Daí, os ataques desencadeados contra o rebelde visarem apenas aos seus bandos armados e limitarem-se a provocar a dispersão desses bandos, em vez de os destruir. Desta inadaptação das forças da ordem resultam, pois, conseqüências graves, já por levar à convicção de que o rebelde, embora re-

presentado por forças muito reduzidas, é invencível e que, cedo ou tarde, a ordem estabelecida acabará inevitavelmente por aceitar as condições de paz por êle ditadas, já porque encoraja a difusão de idéias que, não obstante erradas, são extremamente perigosas visto acabarem por encontrar audiência no grande público. Como tal, a vitória nunca poderá pertencer àquela ordem.

Hoje, as características muito peculiares desta luta estão já bem a claro. São elas por demais evidentes para poderem subsistir hesitações acerca da indispensabilidade de adotar, contra perigo tão grave e desesperador, uma reação perfeita ajustada àquelas suas características.

Impõe-se que não nos fechemos a essas realidades e não nos mostremos insensíveis à verdadeira natureza do fenômeno, mantendo-nos, como consequência, agarrados a métodos e a técnicas clássicas. E assim tem de ser para impedir que o adversário — por não ser atacado no terreno em que conduz a sua luta — disponha de suficiente liberdade de ação para consolidar cada vez mais as posições que sucessivamente venha a conquistar.

Só assim se poderá fazer com que, apesar dos esforços ingentes desenvolvidos no sentido de o evitar, a situação se não degrade lenta mas inexoravelmente; só assim se conseguirá eliminar êste paradoxo, que se alimenta do desconhecimento da verdadeira essência da guerra subversiva e determina, em regra, uma orientação geral errada na luta contra o adversário em todos os campos, por se apoiar em conceitos clássicos.

O agravamento que de dia para dia se processe na situação geral estará na base de uma ameaça que se avolumará cada vez mais. E esta ameaça, nascida de um "processus" revolucionário, com objetivos e finalidades muito diversas das tradicionais, a cuja consecução dedica métodos até hoje não usados, há de ser enfrentada e dominada pela adoção de uma resposta estruturada em métodos também revolucionários que não em normas e métodos clássicos. Enquanto não nos decidirmos a isso, os esforços realizados e a abnegação demonstrada acabarão por se revelarem inúteis e a situação agravar-se-á sempre mais e mais até se tornar insustentável e insolúvel.

Poderá, assim, a ordem estabelecida acercar-se, em velocidade, dos limites mínimos de tempo disponível... Atingidos êles, o contra-ataque, mesmo que ainda possa ser desencadeado, tornar-se-á desnecessário. Tudo estará perdido, então.

Daf, a imperativa obrigação de deter, por todos os meios ao alcance, sejam êles quais forem, a marcha dos acontecimentos para evitar o despenhamento irremediável no abismo, do qual não mais será possível sair. E isso requer que, na reação, a desencadear sem perda de tempo, se troque o clássico pelo atual e o convencional pelo revolucionário. A não o fazer, a vitória pertencerá inexoravelmente ao adversário.

II — BASES DA AÇÃO

Hoje, a guerra é dominada pelo fenômeno da desintegração: a desintegração da matéria, na guerra nuclear, que gera forças mecânicas indo-

máveis, e a desintegração das almas, na guerra subversiva, que liberta forças espirituais de poder incalculável.

Nesta última — de há muito em curso por todo o mundo — a vitória deixou de ser procurada apenas no choque de duas forças militares num campo de batalha. Este choque, verificado em uma ou várias batalhas, com vista ao aniquilamento de um exército inimigo, deixou de se produzir e, como tal, as forças armadas clássicas perderam o caráter decisivo que ontem possuíam. A vitória já não depende unicamente de uma batalha sobre o terreno. As operações militares — os combates empenhados contra as forças armadas adversas — apenas têm importância limitada, nunca estando à escala do conflito em curso.

Como consequência, a força armada, dominada por efeito de vocação pelo aspecto puramente militar de um conflito, não estuda a sério um problema considerado, na arte da guerra, como de importância secundária.

Para que uma força armada possa ser tida como moderna, indispensável se torna que esteja apta a ganhar o conflito em que o país a empenhou. E, para isso, tem de conhecer não só os elementos fundamentais desse conflito mas também a maneira como ele se processa.

Uma guerra de natureza subversiva apresenta como características basilares:

1. alimentar-se do exterior
2. visar a conquista das populações
3. ser levada a efeito no seio das mesmas
4. desenvolver-se em dois períodos:
o da incubação e o da violência.

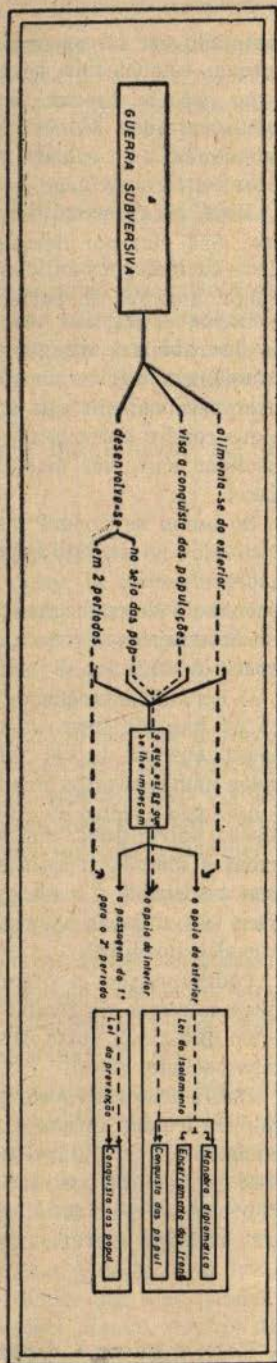
Enquanto as três primeiras impõem que se evite que a subversão, para ser dominada, conte com

o apoio do exterior e do interior,
a última determina que se impeça

a passagem da subversão do primeiro para o segundo período.

Evitar o apoio do exterior e do inte-

FIG. 1



rior é *isolar a subversão* e impedir a passagem do primeiro para o segundo período e *prevenir para evitar*, o que define as duas leis fundamentais da luta contra a subversão:

LEI DO ISOLAMENTO

LEI DA PREVENÇÃO

Exige a primeira que, para se impedir o apoio do exterior, se manobre diplomaticamente e encerrem as fronteiras e, para evitar o apoio do interior, se conquistem as populações.

Reclama a segunda que se criem, nos espíritos e nas almas, nos pensamentos e nos sentimentos, nos corações e nas vontades, as condições de resistência aos assaltos declarados ou insidiosos do adversário, pela conquista das populações.

Tôda e qualquer reação feita contra a subversão que não assente firmemente nestas leis estará inevitavelmente condenada ao fracasso. Esta é uma verdade que mais cedo ou mais tarde — e creio bem que mais cedo do que mais tarde — acabará por se revelar, perante todos, nas suas reais dimensões, vencendo todos os argumentos que em contrário venham a ser produzidos até lá.

O respeito integral das duas leis está, pois, na base da vitória contra a subversão, e êsse respeito apenas se verificará se se proceder, simultaneamente,

- a uma vasta e ajustada manobra diplomática
- ao encerramento das fronteiras
- à conquista das populações.

Tais hão de ser os fundamentos da luta, se se quiser vencer (Fig. 1).

Desde que se não possa isolar a subversão, a situação degradar-se-á com o tempo, visto o adversário continuar a dispor do apoio do exterior. E porque, de dia para dia, êste apoio se intensificará, estendendo-se mesmo para além do campo militar, e se consolidará, proporcionando ao inimigo possibilidades cada vez mais efetivas, havemos de reconhecer que O TEMPO TRABALHA A SEU FAVOR. É reconhecimento que não constitui novidade para quem, conhecedor da verdadeira essência da luta em curso e, portanto, das finalidades que com ela o adversário pretende atingir e das técnicas que utiliza para o efeito, tem a consciência de que a não aplicação da LEI DO ISOLAMENTO só ao adversário favorece, por permitir a criação de condições propícias ao seu combate.

Por outro lado, se se não souber ou não puder — para não dizer: se se não quiser — aplicar a LEI DA PREVENÇÃO, quando seja ainda tempo para o fazer, a subversão progredirá para além da “incubação”, surgindo a “violência”. A partir de então, a nossa reação exigirá um dispêndio de energias por vêzes incomparável com as reais possibilidades. A situação tornar-se-á deveras difícil, e a vitória contra o adversário passará a estar comprometida.

O agravamento da situação, em consequência do desrespeito pelas leis fundamentais, será uma realidade indiscutível, a reclamar atenção muito especial e ponderada meditação.

É indubitavelmente errado pretender-se responder à subversão com base em conceitos clássicos. De fato, tenho para mim como certo não ser possível enfrentar com êxito uma guerra desta natureza e fazer mudar o rumo dos acontecimentos, se, como já frisamos, se não trocarem na reação a opor ao adversário, e sem perdas de tempo, o clássico pelo atual e o convencional pelo revolucionário.

Em geral, o fenômeno subversivo não é local nem transitório. Interessa, antes, a todo o país e mantém-se em permanência. Como tal, há-de êle ser enfrentado com uma ação em escala nacional, reforçada, em cada área, por medidas de âmbito local.

A — AÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL

Surgida a subversão, gera-se uma crise desesperadamente grave para a sobrevivência do país. É mortal o perigo que o ameaça, pois dêle dependerá a sua existência livre e soberana.

Do exterior, os ataques surgem de quase todo o lado; além disso, fica, em geral, só, abandonado até por muitos que razões bem fortes impunham alinharem com êle, mas que tudo esquecem — a dignidade, a gratidão, a honra — e por aquêles que ignoram, ou têm conveniência em ignorar, que a sua luta é também a deles.

No interior, nem tôdas as consciências estarão abertas para a dura realidade do momento que então se vive. A frente interna, que devia constituir verdadeira muralha, de solidez indestrutível, contra a qual se desfizessem todos os ataques, por mais violentos que fôssem, mostra “fendas”, através das quais o adversário procura insistente e proveitosamente penetrar, para conseguir a sua completa desagregação.

O país encontrar-se-á isolado e “desarmado”. Daí, a gravidade preocupante, talvez mesmo desesperada, da situação.

Importa, pois, não só terminar com o isolamento a que o país haja sido votado — traiçoeiramente por alguns — mas também consolidar a muralha, “armando-o” e eliminando as “fendas” que comprometam a firmeza e a estabilidade da frente interna. Só pela conjugação destas duas ações se poderá evitar a desagregação e o conseqüente desmoronamento da retaguarda. HÁ QUE O FAZER SEM DESPERDÍCIO DE TEMPO, POIS ÊSTE SIGNIFICARÁ A MORTE...

Há de pertencer a primeira à diplomacia, no prosseguimento de uma vasta e admirável manobra, a realizar no sentido de convencer os que convencidos não estejam e, até, os que convencidos não queiram ser. E, para que a possa cumprir com utilidade para a causa nacional, a sua atuação terá de ser em velocidade. Os acontecimentos na subversão desenrolam-se

vertiginosamente: o que ontem era uma verdade deixou de o ser hoje, o que hoje é uma realidade não o será amanhã. Como consequência, a luta a travar é de contra-relógio, da qual sairá vencedor aquele que conhecer mais depressa e mais depressa der execução a essas concepções.

Daí, constituir um imperativo categórico para a diplomacia acelerar cada vez mais o ritmo da manobra, por forma a libertar o país, o mais pronto possível, da situação de réu perante a opinião pública internacional e, como consequência, a permitir-lhe isolar o inimigo, impedindo, por conseguinte, que encontre no "tempo" um dos seus melhores aliados. E assim tem de ser para que não falem a essa manobra os apoios de que tanto necessita, apoios a procurar nos resultados da ação direta, impossíveis de alcançar, como já foi mostrado, se o inimigo, por não ser isolado, continuar a dispor de auxílio exterior.

Em conclusão:

no âmbito da diplomacia, impõe-se conduzir em velocidade uma manobra que determine a viragem da opinião pública mundial — pelo menos nos setores que interessem — e transfira para o adversário o isolamento do país atacado.

O aparecimento de uma situação de subversão num país, por efeito de ação vinda do exterior, traduz-se, como disse, em perigo de extrema gravidade. Com efeito, a partir de então, a sobrevivência desse país pode estar ameaçada, quanto mais não seja por esgotamento. Todavia, um povo que queira merecer o direito à vida não deverá encetar e aceitar esse perigo como fatalidade irremediável ou como sinónimo de morte. Bem ao contrário, haverá de o ter como determinante imperativa para lutar obstinadamente, procurando encontrar no seu sofrimento o ânimo de que necessita. E, para essa luta, há de fazer a convergência integral de todos os esforços e de todas as energias, numa mobilização de totalidade das possibilidades nacionais e não apenas de algumas.

Numa luta desta natureza, de nada serve circunscrever os esforços à mobilização das forças armadas do país, responsáveis unicamente por uma parte dessa luta. É indispensável que, a seu lado e de mãos dadas com elas, se encontre o país inteiro a apoiá-las, moral e materialmente, conduzindo a luta nos outros campos. Só assim a reação à subversão atingirá as dimensões que importa venha a ter, com garantia da vitória.

A mobilização nacional deve, pois, recair não apenas sobre as forças armadas, mas sim sobre todos os setores da atividade do país: ensino e educação, higiene e saúde, obras públicas e comunicações, agricultura e veterinária, indústrias e minas... O professor e o médico, o engenheiro e o jurista, o operário e o contra-mestre, o capataz e o técnico, sejam ou não funcionários; o capital e o trabalho, a inteligência e o vigor físico, o espírito e a matéria; tudo e todos devem ser, como o militar, forças mobilizáveis, a fazer intervir na luta, quando e onde se torne indispensável.

O combate tem de se transformar num dever consciente de todo o cidadão, independentemente de posição ou função, que há de reconhecer, em primeiro lugar, a sua obrigação inalienável de não antepor o interesse individual à conveniência da coletividade, de colocar, acima dos fugazes valores materiais, os valores eternos do espírito.

Só desta maneira a Nação dará medida expressiva da sua vitalidade e, com ela, a garantia de que não abdicará dos seus destinos, conservando dentro de si mesma a necessária energia moral para se refazer e triunfar.

Tudo e todos dentro do país hão de estar unidos, sem hesitações nem reticências, para enfrentarem a subversão que absorve esforços e energias sem conta. Sem essa mobilização absolutamente integral, a capacidade de resistência nem de longe se identificará com as exigências incomensuráveis da luta, e a reação ao adversário não poderá ser nem total nem duradoura. Como consequência, a vitória estará, desde o primeiro instante, inevitavelmente comprometida.

Direi, pois, em síntese, que o êxito contra a subversão reclama, como fundamento primário,

A MOBILIZAÇÃO, PARA O ESFORÇO DE GUERRA, DA TOTALIDADE DAS POSSIBILIDADES NACIONAIS, PÚBLICAS OU PRIVADAS, EM PARALELO COM A DAS FORÇAS ARMADAS.

A consolidação da frente interna, a alcançar através do "armamento" do país e da eliminação das "fendas", é tarefa imensa e dura que exige, tanto nos domínios do material como no âmbito do espiritual, sacrifícios ilimitados. Na verdade, porque a luta é integral, importa dar tudo para que tudo se possa salvar.

Sabe-se, porém, que sacrifício algum é possível se a causa que o reclama não fôr suficientemente conhecida e profundamente sentida e se, ao seu serviço, não fôr posta uma mística. As grandes causas apenas triunfaram na medida em que se apoiaram numa mística, alicerçada numa consciência.

Esta consciência há de nascer de um conhecimento perfeito dos problemas relativos a todos os territórios do país e de uma noção exata da sua integração no todo do MUNDO NACIONAL. Não é raro que, com o decorrer dos séculos, se verifique o esbater do interesse da Nação por parcelas territoriais suas, em particular quando separadas e distanciadas no espaço. Dá-se então como que um alheamento por elas, assistindo-se mesmo, por vezes, a um desconhecimento, mais ou menos geral, do que elas são e do que nelas se passa.

Nem sempre se realiza sobre as populações a educação a ter como fundamental à condição de potência pluricontinental. Para as massas populares, essas paragens aparecem, com frequência, como "terras para condenados e para feras", "terras de febre e de morte", ou então, para os

mais interesseiros, "terras da árvore das patacas", que basta sacudir para que a riqueza surja.

O que de tais terras e suas gentes se dá a conhecer, nos vários graus de ensino, não consegue transmitir qualquer idéia, ainda que pálida, do que, na realidade, é o país de além-mar. É a consequência do alheamento em que se vive quanto a essas paragens e que leva a um ciclo vicioso: dêsse alheamento resulta o desconhecimento de tudo quanto com elas se relaciona e de tal desconhecimento nasce um crescimento daquele alheamento.

Em países pluricontinentais, a metrópole, em geral, vive como que divorciada das suas parcelas longínquas: não as conhece, não sente os seus problemas, não vibra com as suas angústias, não penetra no seu significado para a sobrevivência da Nação. Vive alheia e indiferente, e neste seu alheamento e nesta sua indiferença gera-se o gérmen de uma perigosa desagregação.

E êste fenómeno não é exclusivo dêste ou daquele país: é, em geral, de todos; e não é de ontem, apenas: é também de hoje.

Constitui, pois, base indispensável para o combate à subversão.

criar uma CONSCIÊNCIA NACIONAL, pela completa transformação da mentalidade doentia e suicida, por desinteressada, que, dominando o país, crie condições ótimas ao desenvolvimento daquela;

e isso reclama que, SEM PERDA DE UM MINUTO,

- se planifique e programe uma intensiva e racional ação informativa no âmbito nacional, que abranja todos os setores da população, levando em conta as características psicológicas de cada um desses setores;
- se introduza em todos os escalões da educação nacional, MESMO COM SACRIFÍCIO DE OUTROS CONHECIMENTOS — sem qualquer significado e interesse no momento decisivo que se esteja a viver — o estudo dos problemas do MUNDO NACIONAL, com amplitude e profundidade adaptadas a cada escalão.

Só assim haverá, por trás do governo e da força armada, um bloco constituído pela Nação, bloco responsável pelo apoio indefectível e ilimitado de que aquêles necessitam para conquistarem a Vitória.

Se a luta imposta — para a qual o país não estará preparado — é integral e muito diversa da clássica e se o adversário usa métodos e técnicas também muito especiais, a lógica mais elementar exige que se dê a conhecer a verdade sobre essa guerra e se leve a praticar intensivamente nos métodos e nas técnicas de reação. Não pode, de fato, manter-se a ignorância em que todos hajam vivido, tanto nos escalões da concepção como nos escalões da execução, visto ser precisamente nessa ignorância

que o êrro da orientação geral seguida na luta contra o inimigo mergulhará as suas raízes.

Para tanto,

- a realização de conferências, palestras e colóquios e a difusão de livros e outras publicações, no âmbito dos escalões da concepção,
- a inclusão obrigatória do ensino do problema, nos escalões da execução — nomeadamente das escolas de todos os ramos das Forças Armadas e das corporações militarizadas e nos Institutos Superiores de formação de quadros para administração — permitirão dar valiosíssimo passo em frente na reacção à subversão.

Acresce que, se a subversão surge num país pluricontinental e é intenção dêste dar realidade a uma comunidade multirracial, há de fazer-se com que o homem branco nela intervenha em percentagem suficiente para não ser absorvido pelo homem de côr. Se assim não fôsse, a comunidade nascida da promoção das populações de côr deixaria de ser multirracial para ser uma comunidade negra, com o enquistamento no seu seio de uma minoria branca...

Só graças à alteração daquela percentagem, elevando-a mesmo para além das possibilidades admitidas, se evitará que seja êsse o resultado dos esforços realizados. É, pois, da inalienável obrigação do país deslocar para as suas parcelas de além-mar a corrente de emigração nacional e intensificá-la, sempre mais e mais, num esforço que não conheça limites, até colocar em cada uma delas a "massa" capaz de garantir a sobrevivência do homem branco e, conseqüentemente, de criar uma das bases fundamentais da comunidade multirracial.

O homem branco nos outros continentes é a afirmação da presença indispensável, que se há de concretizar na ocupação, em cada parcela, das regiões-chave, cuja posse garanta, a todo o tempo, a posse total do território.

Daf, a indispensabilidade de ocupar, com urgência, o além-mar até para que a legitimidade da posse baseada no direito da conquista, que fêz a sua época e hoje ninguém aceita, ceda definitivamente o lugar ao direito de posse com base na ocupação e na fixação. Para se criar êste nôvo direito, não se pode deixar de tomar em consideração que a missão histórica de povo civilizador se adulterará se se não ajuntarem, ao trabalho de ocupação de fato, os elementos morais que a sustentam com o interesse que vem do coração — a família, a escola, a igreja — como coisas indispensáveis de ordem espiritual para a realização de obra sólida. E o que se fizer terá as raízes bem agarradas à terra.

Para isso, não se pode enviar "levas" de colonos, que, saídos das massas populares, não possuem nem cultura nem preparação para terem uma noção, elementar que seja, dos problemas ultramarinos a reclamarem soluções encadeadas, embora distintas. Branco por estilo ou absor-

vido pela solução dos seus próprios problemas, alheios aos interesses da comunidade e do país, o colono, recrutado ao acaso, — se não mesmo entre os piores das paróquias, para os afastar — está muito longe de ter a visão dos fatores que condicionam as realidades e, portanto, os interesses nacionais em terras de além-mar.

A maioria esmagadora do metropolitano, que se desloca para lá, ainda pensa em cuidar de si mesmo, do seu caso pessoal. Satisfeito este ou falhados os seus propósitos, é-lhe indiferente tudo o mais. Faltam-lhe a mentalidade e a cultura que dão a consciência dos problemas daquelas terras e das suas gentes.

Não é com este colono, que ainda pode vender o que tem para tentar a sorte que se poderão salvar os pedaços de uma Pátria, dispersos pelo mundo. Ignorante do meio e das condições da terra, desorientado, muitas vezes desamparado, continuará a perder-se nos caminhos do mato. Sem recursos, como tem acontecido a tantos, persiste em correr à aventura, encontra-se com frequência sem trabalho, coçando, em alguns casos, as suas calças nos bancos das praças públicas e recebendo a sopa numa instituição de caridade — quando não se prostitui, com o próprio homem de côr, se é mulher — ou então fica no fundo da selva agarrado ao seu sonho, minado de febres, quantas vezes longe da mulher e dos filhos que perderão o seu melhor amparo. E, quando não caía como os velhos galhos da árvore, permanecerá nos matos a apodrecer quais folhas verdes que um golpe de vento arrancou dos troncos e espalhou pelo chão. É a morte certa, numa agonia lenta, torturada. Se o não devorarem as febres e as fadigas, talvez as fomes, absorvê-lo-á de certeza o mato. Regressará no tempo e na distância, porque caminhará sempre na direção da selva, vivendo a vida do autóctone, porque lhe faltarão os meios de viver a sua própria vida.

Bem se sabe que foi assim, e com esta gente rude e ignorante, que os países pluricontinentais fizeram do seu além-mar aquilo que êle foi, e para alguns ainda é. Todavia, aquilo que se tornou possível ontem já o não é hoje. A nossa época, em que o trabalho carece de orientação e é subordinado a um fim útil, não permite que se tente a sorte. Reclama, sim, que, na satisfação desta necessidade impositiva de ocupar, com urgência e em massa, o além-mar, tal ocupação se faça com planos conscientes — que garantam não só a emigração de colonos capazes, pelo recrutamento e pela preparação a dar-lhes, mas também a sua total absorção pelos territórios, mercê da infraestrutura econômica que nêles se crie desde já, sem perda de mais tempo e em ritmo intensivo — se se não quiser manter os erros do passado, com perda quase total de energias e de dinheiros, se se não quiser continuar a caminhar às cegas, às apalpadelas, dentro do mesmo terreno de fantasias e irrealidades em que tantos têm vindo de caminhar há tantos anos.

Tudo deve ser previsto e preparado e, depois, executado com visão e senso para que a corrente emigratória criada com a finalidade de con-

tribuir para evitar a desagregação do MUNDO NACIONAL sob o domínio negro não venha a constituir o gérmen da sua desagregação sob o domínio branco.

Daí, ser imperativo nacional:

augmentar a presença do homem branco nas terras de além-mar, para dispor em cada parcela territorial de uma massa branca que constitua uma força contra a qual esbarrem tôdas as ameaças, por estar nela uma das bases fundamentais da verdadeira comunidade multirracail a criar.

Para tanto, impõe-se

- não só orientar, SEM PERDA DE TEMPO, E EM RITMO O MAIS ACELERADO POSSÍVEL, a corrente de emigração metropolitana para aquelas parcelas, DE HARMONIA COM UMA PLANIFICAÇÃO que elimine por completo os gravíssimos erros da improvisação e da aventura;
- mas também fazer ocupar, em cada uma das parcelas, as regiões-chave cuja posse garanta, a todo o tempo, a posse total do território.

Porque a infra-estrutura econômica está na base da ocupação racional dos territórios de além-mar — a única ocupação que garantirá o humanismo e o universalismo que hão de impregnar uma ação civilizadora — a sua criação terá de se fazer sem olhar sacrifícios.

Insensato e perigoso será persistir na idéia de que o desenvolvimento de territórios de grande extensão e de marcado atraso se pode fazer com base no homem que disponha unicamente da enxada para desentranhar a terra em riqueza e dos seus músculos para transportar essa riqueza. Fazer dêles aquilo que, infelizmente, ainda não são e que importa venham a ser em prazo mais do que limitado, é tarefa de tal complexidade e de tal grandeza que só poderá ser levada a bom termo à custa de uma soma ilimitada de esforços.

Reclama ela, sem dúvida, avultadíssimos meios financeiros e numerosíssimos quadros técnicos, que nem todos os países possuirão. Se é certo que a carência de quadros poderá resultar da má orientação seguida, desde sempre, no sistema de ensino adotado e que a falta de capitais talvez esteja na circunstância de continuarem a ser limitadas as possibilidades desses países, certo é também que o conhecimento de tais razões servirá para se ficar consciente de que a falta dêstes dois elementos essenciais só a longo prazo poderá ser eliminada pelos próprios recursos nacionais.

Resulta, assim, em face da premência absoluta de se iniciar a obra, sem perda de mais um momento, a necessidade de se recorrer a capitais e a técnicos estrangeiros se fôr intenção, de fato, realizar o imperativo nacional atrás enunciado.

Não se vê fundamento para os receios que, em geral, desperta a idéia da presença num país de capitais e mesmo de técnicos de outros países. Tudo depende, em minha opinião, da maneira como se processar a atração desses elementos. Bastará, por um lado, que se evite a sua concentração numa única origem, procurando-os, ao contrário, em vários países, e, por outro lado, que se definam, para a sua aplicação, condicionamentos que, muito embora os atraiam, disciplinem os seus apetites e as suas intenções, enquadrando uns e outros nos interesses e nos objetivos nacionais.

Se assim se fizer, passarão as várias parcelas territoriais a oferecer as condições indispensáveis à fixação de centenas de milhar — e porque não milhões? — de nacionais metropolitanos, ao mesmo tempo que se irá ao encontro da necessidade por vezes bem premente de desviar da metrópole o excesso populacional, que nela não pode ser mantido sem se criar uma situação alarmante.

Além de tudo isso, estar-se-ão a criar novos elementos de defesa da posição nacional em África. Com efeito, o investimento desses avultados capitais estrangeiros define a criação de poderosos interesses que só serão respeitados e garantidos na medida em que a presença nacional naqueles territórios fôr uma realidade. Daí, a firmeza com que as organizações suas proprietárias se empenharão, ao lado desse país, na luta por essa presença, luta que deixará de ser unicamente dêle para ser também delas, na certeza em que estão de que, se não vencerem juntos, tudo se perderá.

Nesta ordem de idéias, para que o imperativo nacional de fixar, em terras de além-mar, numerosa população branca tenha solução real, é indispensável que

se crie, nessas terras, uma infra-estrutura econômica capaz de absorver totalmente aquela população, recorrendo para tanto a capitais e técnicos estrangeiros, DENTRO DE UMA PLANIFICAÇÃO AJUSTADA que, eliminando os perigos que possam resultar para a soberania nacional da presença desses meios, faça dela mais um instrumento da sua luta.

E porque o homem branco representa, pelas suas possibilidades, dadas pelo seu saber e pelas suas técnicas, o elemento indispensável à realização do homem de côr, ainda em estado de manifesto subdesenvolvimento, a sua presença há de constituir o verdadeiro fator determinante da realização efetiva da comunidade multirracial, na medida em que esta não é simples coexistência física de diferentes etnias mas sim, e fundamentalmente, coexistência física e espiritual dessas etnias no mesmo nível de promoção. Só assim massa branca e massa de côr se fundirão numa realidade positiva, interpenetrando-se e integrando-se, e o Homem, qualquer que seja a sua pigmentação e o seu credo, estará a caminhar, com segurança e em paz, no sentido da sua realização total.

B — AÇÃO DE AMBITO LOCAL

Procura o adversário, onde tenha decidido levar a subversão, desenvolver, com persistência e eficácia, a incubação subversiva, instalando por toda a parte uma infra-estrutura clandestina, que lhe há de servir de base às suas organizações político-administrativa e militar.

Ciente que esteja de haver dado a essa infra-estrutura o necessário desenvolvimento e a indispensável solidez que lhe permitam entrar na ação direta, o inimigo passará à violência. Dispondo então do apoio de parte da população, desencadeará por todo o lado uma ação violenta que visará não só a submeter todos quantos hajam resistido à persuasão do primeiro período mas também a gastar sistematicamente e a paralisar progressivamente a ordem estabelecida, iniciando assim a desordem de que só a ele beneficia.

A diversidade de características destes dois períodos da subversão — incubação e violência — determina que a cada um deles corresponda uma reação específica.

1) Durante o período da incubação

É de obrigação envidar todos os esforços no sentido de DETER A AMEAÇA EM CURSO, pela neutralização da ação subversiva,

- impedindo que o adversário explore nas populações os recursos morais e materiais de que necessita para se fortalecer pouco a pouco e passar à violência,
- obtendo o concurso ativo dessas mesmas populações para destruir a máquina por ele criada.

Esta detenção da ameaça reclama a montagem de uma máquina em perfeito estado de funcionamento — com orgânica rigorosamente ajustada a elementos conscientemente aptos — e visão larga e decidida no seu emprêgo.

O trabalho dessa máquina há de assentar em três atividades essenciais:

- a ação de destruição da infra-estrutura clandestina
- a ação informativa
- a ação sobre as populações.

Sem me debruçar, de momento, sobre a técnica própria de cada uma destas atividades, o que obrigaria a abandonar o campo de estratégia, importa definir a correlação entre elas para daí deduzir a indispensabilidade da sua íntima coordenação, através de uma direção superior única.

A primeira destas ações, com características nitidamente policiais, será levada a efeito por todas as organizações militarizadas e de natureza mais ou menos para-militar existentes no território ameaçado, tais

como Corpo de Polícia, Guarda-Fiscal, Guarda Rural, Organização de Voluntários, Fiscais de Caça, etc. Atuarão elas, neste primeiro período de luta contra a subversão, independentemente das forças armadas, às quais não têm — nem podem ter por razões bem conhecidas — qualquer subordinação. A sua atividade operacional, de interesse fundamental — pois dela dependerá, em grande parte, a possibilidade de neutralizar a subversão no período inicial da clandestinidade — não pode deixar de ser coordenada superiormente, de modo a tirar dela todo o rendimento que é susceptível de dar e que importa obter a todo o transe. De fato, não seria de aceitar que houvesse atividades conduzidas não só isoladamente, ao alvedrio de cada comandante, mas também — o que mais grave seria — em compartimentos estanques. Nenhuma daquelas organizações pode estar animada do espírito inadmissível de mostrar serviços e de se impor, à apreciação dos governantes como mais importante, mais ativa e mais útil do que as outras. Seria a negação total da luta se cada uma delas desconhecesse o que as outras fizessem. A verificarem-se tais circunstâncias, nenhuma das organizações estaria orientada no verdadeiro sentido da luta contra a subversão e todos os esforços estariam a ser desperdiçados. É, aliás, o que infelizmente sempre se verificou por toda a parte e continua a se verificar com muita frequência...

No que refere à informação, afigura-se-me desnecessário alinhar argumentos para demonstrar o que por si mesmo já está demonstrado: a sua necessidade imperativa, nesta modalidade de luta. No entanto, se, por sentimento, é geral a aceitação desse imperativo, talvez nem todos — porque nem todos estarão de posse da técnica da informação — reconheçam o caráter decisivo da sua centralização e coordenação. Bastará, contudo, recordar, para o reconhecer e aceitar, que o adversário, por viver diluído no seio da população, se encontra em toda a parte e em parte alguma, está presente a todo o instante e em instante algum, é toda a gente e não é ninguém, só podendo ser detectado através de muito cuidadosa e aperfeiçoada informação. *E esta só existirá, de fato, se for centralizada e coordenada.*

Por fim, a ação sobre as populações. Fortalecer a coesão nacional pela valorização espiritual, social e material das massas populacionais, pela preparação da sua defesa moral e pelo robustecimento da sua vitalidade e resistência, promovendo, por todos os meios, além de uma esclarecida consciência nacional, a mobilização e a coordenação de todos os esforços e meios de atuação apropriados, reclama a montagem de um serviço especial: o serviço de ação psico-social, que superintenda nos vários serviços afins. Regra geral, poucos são os espíritos abertos para esta realidade. Surgem assim resistências à sua criação e à implantação de um dispositivo que o acione. *Como consequência, as populações continuam "disponíveis" — para usar o termo técnico da linguagem subversiva — e, portanto, "desarmadas" perante os assaltos psicológicos do adversário.* E este é, dos fatores que muito contribuem para o agravamento progressivo da situação, o mais decisivo.

Tais são as pedras básicas da máquina a empregar na luta contra a subversão no período da clandestinidade.

E porque cada uma delas têm de estar, como disse, em condições de desempenhar conscientemente a missão que lhe couber no conjunto da ação, *importa dar à primeira um órgão de coordenação operacional capaz e atribuir, a cada uma delas, uma chefia que, pelos seus reais conhecimentos e pelas virtudes morais, esteja de "fato" à altura da missão.*

Se, desta forma, se contribui para o perfeito funcionamento da máquina, nem por isso êste ficará garantido, porquanto aquelas condições, embora necessárias, não são suficientes.

Com efeito, poderão as atividades das organizações militarizadas e para-militares passar a estar criteriosamente coordenadas, a informação a ser cuidadosamente centralizada e a ação sôbre as populações a revelar-se adequadamente ajustada. SE, PORÉM, NÃO CONVERGIREM NUM SÓ OBJETIVO — A DESTRUIÇÃO DO ADVERSÁRIO — QUE MATERIALIZE UMA ÚNICA FINALIDADE — IMPEDIR QUE A SUBVERSÃO PASSE AO SEGUNDO PERÍODO: O DA VIOLENCIA — TORNAR-SE NÃO SÓ LAMENTAVELMENTE INÚTEIS MAS TAMBÉM PERIGOSAMENTE COMPROMETEDORAS PARA A VITÓRIA SÔBRE O INIMIGO.

Essa convergência só é possível através da coordenação das referidas atividades (Fig. 2).

Assume ela caráter basilar entre a informação e a ação das organizações militarizadas e para-militares, uma vez que a *atuação ajustada destas dependente em absoluto da perfeita exploração daquela. Se esta dependência se não verificar, a ação policial será cega e mais não fará que acumular erros sucessivos.*

Em contrapartida, as referidas organizações, no seu trabalho do dia a dia, colhem inúmeros elementos informativos e elevada quantidade de notícias que, por falta de meios técnicos e especializados e até de tempo, não estão em condições de trabalhar, transformando umas e outras em informações. Não é essa, de resto, a sua missão. Tudo deverão remeter sem demora ao serviço de centralização e coordenação de informações, onde tais elementos entrarão na corrente de trabalho da informação. Desta maneira, *se a ação policial, para ser orientada, necessita da informação, esta encontra naquela um dos mais valiosos órgãos de pesquisa, de que não pode prescindir.*

Há, pois, reversibilidade na dependência.

Como consequência, PRETENDER LUTAR CONTRA A SUBVERSÃO SEM ESTABELECEER ÍNTIMA COORDENAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES POLICIAIS E O SISTEMA DE INFORMAÇÕES É VIVER NA MAIS INGÊNUA DAS ILUSÕES; PIOR É GASTAR ENERGIAS VALIOSAS SEM QUALQUER RENDIMENTO, CRIANDO ASSIM UM ESTADO DE ESPÍRITO DE DESALENTO E DE DESCRENÇA QUER NAS FORÇAS DA ORDEM QUER NA OPINIÃO PÚBLICA.

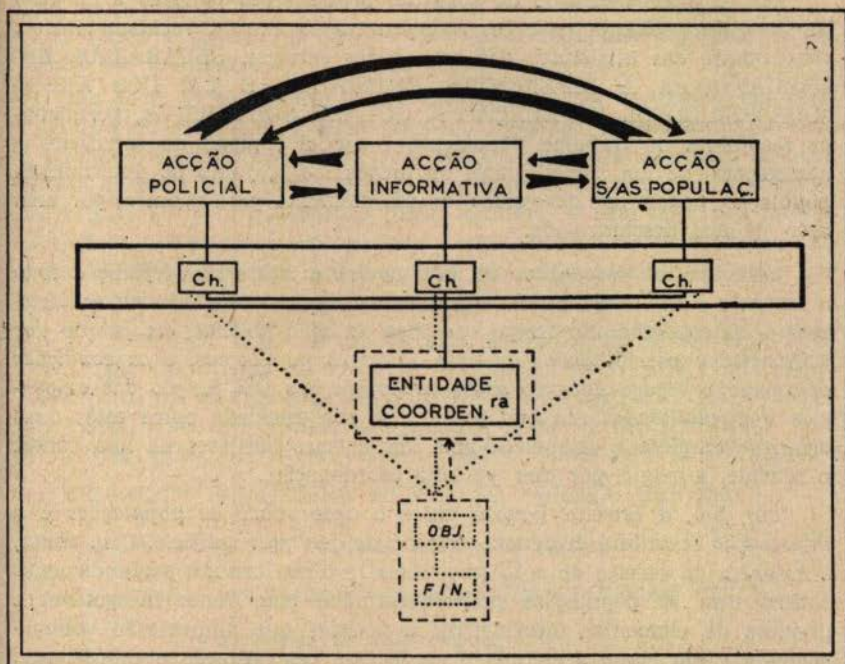


FIG. 2

O mesmo acontece quanto à ação de destruição do adversário na fase da clandestinidade e à ação de conquista das populações. Na verdade, impõe-se destruir não só toda a organização subterrânea do adversário, para dar às populações a garantia de segurança de que necessitam, mas também a doutrina que criou e está a inocular nas almas. É, contudo, intuitivo não se poder parar aqui porque, a fazê-lo, o inimigo bem depressa se reconstituiria visto as populações ficarem abandonadas a si próprias, a debater-se numa situação preñe de dúvidas, sem um ajustado apoio orgânico político.

A destruição feita pelo adversário, somar-se-ia a realizada por nós. E as populações, ao debruçarem-se sobre si mesmas, encontrar-se-iam perante um vazio desesperador; e, ao olharem em torno de si, apenas vislumbrariam a desolação. Nada mais lhes restaria, pois, do que a desorientação e a descrença e o desalento.

Cumpre, pois, ir mais além, reconstruindo, por um lado, o que aquele demoliu e construindo, por outro lado, êsse novo apoio e, através dêle, tudo quanto indispensável se torne ao melhoramento da vida das populações.

A luta é, pois, a integrante de uma destruição e de uma construção, realizando-se aquela única e exclusivamente na medida em que abra o caminho a esta.

Dai, a interpenetração da ação das organizações policiais e da ação de conquistas das populações, interpenetração essa a reclamar íntima coordenação das atividades dos respectivos serviços. SEPARÁ-LAS, ENTREGANDO-AS A DIFERENTES ENTIDADES, É UM DOS ERROS MAIS PERIGOSOS NA REAÇÃO À GUERRA SUBVERSIVA, porquanto os resultados do trabalho persistente e obscuro, pleno de sacrifícios e abnegações, de um período mais ou menos longo, junto de determinada população, podem ser destruídos, de um momento para o outro, por uma ação policial descontrolada.

Constitui um imperativo na luta contra a subversão definir, a todo o instante e em toda a área a ela submetida, diretamente ou indiretamente, as condições de tempo e espaço da ação policial, em função das exigências e possibilidades da ação sobre as populações, e as condições de tempo e espaço da ação sobre as populações, em função das exigências e possibilidades da ação policial. A reciprocidade entre estas duas ações é completa e estabelece uma das normas basilares na luta contra o rebelde, a exigir, por isso, perfeita coordenação.

Por fim, a estreita ligação entre a ação sobre as populações e a informação ressalta à evidência, despida de qualquer artifício. Com efeito, a natureza do serviço de ação psico-social e o seu contato profundamente íntimo com as populações proporcionam-lhe uma fonte inesgotável e preciosa de elementos informativos e notícias que alimentarão volumosamente e em ritmo acelerado o serviço de centralização e coordenação de informações. Mais ainda: muitos desses elementos só o serviço de ação sobre as populações os conseguirá, visto nenhum outro serviço ou órgão ter possibilidade de os obter, por lhe faltar a oportunidade que é dada pelos circuitos de confiança estabelecidos por toda a parte por aquêle, ao entrar em todos os lares e em cada alma.

Mas esta corrente, que se manifesta no sentido da ação sobre as populações para a informação, também se verifica no sentido oposto. Na realidade, a informação colabora, em grau muito apreciável, no estabelecimento dos fundamentos da escolha da zona ou zonas onde desencadear, em determinado momento, as operações psico-sociais. É contribuição que por princípio algum pode ser desprezada: tem de ser desejada.

Também aqui é um fato a reversibilidade na dependência entre as duas ações.

Assim, AS TRES ATIVIDADES QUE CONSTITUEM A BASE DA LUTA CONTRA A SUBVERSÃO NO PERÍODO DA CLANDESTINIDADE — ação policial, ação informativa e ação sobre as populações — PORQUE DEPENDEM TODAS ENTRE SI, TÊM DE SER ÍNTIMAMENTE COORDENADAS, COORDENAÇÃO SÓ POSSÍVEL ATRAVÉS DE UMA DIREÇÃO ÚNICA.

Sem ela, tudo será feito ao acaso, sem nexo, com total desconhecimento e desprezo das linhas de força do problema, sem qualquer visão

de conjunto e com desperdício, a bem dizer total, dos esforços tão penosamente realizados.

Em meu parecer, deve esta direção única ser entregue, em cada território de além-mar, a uma entidade (Fig. 3) *que, liberta de toda e qualquer outra preocupação, será responsável pela complexa e vasta missão de planificar aquela luta, de harmonia com as diretrizes políticas do responsável pela governação desse território e com base nos fatores de decisão fornecidos pelos referidos órgãos, e de a conduzir, através do emprêgo destes, sempre fundamentado nos elementos de situação por eles sucessivamente proporcionados.*

SÓ ASSIM A LUTA PODERÁ SER EFICIENTE, PORQUE A UNIDADE DE COMANDO E DIREÇÃO GARANTIRÁ A CONVERGÊNCIA INTEGRAL DE ESFORÇOS, DENTRO DE UMA PLANIFICAÇÃO ÚNICA DE CONJUNTO. SÓ ASSIM A REAÇÃO TERÁ O SIGNIFICADO E O ALCANCE QUE IMPORTA TENHA, PARA CONDUZIR À VITÓRIA.

SEM ESTA ESTRUTURA NUNCA SE PODERÁ VENCER...

Em conclusão: para se deter a ameaça impõe-se

organizar em bases sólidas, e sob UMA DIREÇÃO ÚNICA,

- um serviço de informações*
- um serviço psico-social*
- um serviço policial, integrado por todos os organismos militarizados e paramilitares,*

dando a cada um deles a estrutura e o desenvolvimento indispensáveis a uma atividade eficiente.

Não basta, contudo, deter a ameaça. Se mais se não fizer, ter-se-á limitado a ação a restaurar o estado de coisas anterior à subversão. Esta deflagra em consequência da exploração, por parte do adversário, dos erros e das prepotências que, cometidas pela ordem estabelecida, originam nas populações ressentimentos, recalcamientos e frustrações. E as razões profundas que levam aquelas a lançarem-se na rebelião, ou a aceitarem-na, não terão desaparecido.

A frente interna continuará a apresentar as mesmas "fendas" que tem, através das quais o adversário insistirá em penetrar para conseguir a sua completa desagregação, e a ordem estabelecida continuará "desarmada" perante essa insistência.

Ter-se-ão debelado os efeitos de um mal que ameaça de morte, conseguindo-se assim deter momentaneamente a marcha da doença. Todavia, a subversão fez desencadear uma evolução rápida dos espíritos que não é possível suprimir. Bem ao contrário, há que a fazer derivar no sentido da causa nacional, o que exige a destruição das razões daquele mal. Se assim não fôr, em breve este ressurgirá, pois o adversário, persistente como é, recomeçará, explorando essas razões por todas as formas e com todos os meios, a fim de agitar de novo as "massas". Uma vez

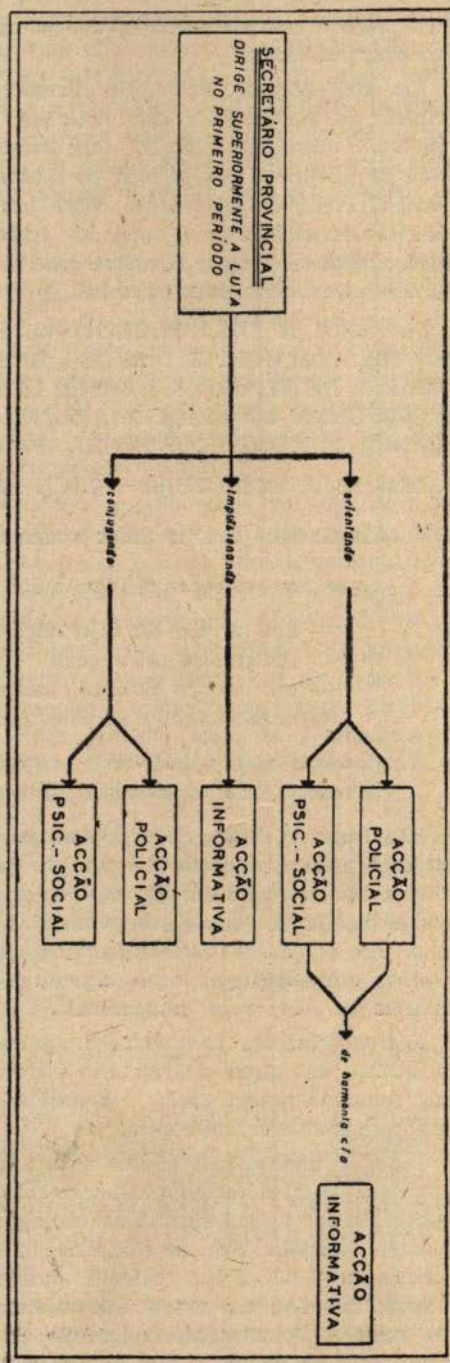
mais, procurará penetrar através daquelas "fendas" e, uma vez mais também, encontrará o país "desarmado".

Daí, a necessidade de um empenhamento, a fundo na eliminação dessas "fendas", pela supressão dos erros que tenham vindo a ser cometidos. Reconhece-se, pois, a indispensabilidade de DESENCADear UM CONTRA-ATAQUE, com vista a eliminar as *determinantes positivas* da subversão e a neutralizar a base ambiental das suas *determinantes negativas*,

realizando a promoção das populações que, integrada na causa nacional, leve à criação, de fato, de uma sociedade multirracial, ponto de partida para a edificação do verdadeiro MUNDO NACIONAL.

O desencadeamento do contra-ataque não poderá ser feito em qualquer momento. Se não se quiser repetir o erro cometido por muitos dos outros e seguir o mau caminho até agora trilhado, há de preparar-se um ambiente favorável à operação, pela sua aceitação por parte das populações, explorando convenientemente e ajustadamente os resultados do trabalho realizado durante a detenção da

FIG. 3



ameaça. Esta detenção é a fase preliminar de toda a luta, que terá como ação fundamental e decisiva o contra-ataque, com o qual se fará

uma completa transformação das condições de vida das populações, não só econômicas e sociais mas também culturais e espirituais, pela efetivação de reformas nesses vários campos.

Sem estas reformas, a vitória contra a subversão será impossível; mas, para que elas venham a ser uma realidade positiva, imperativo se torna que as populações compreendam e sintam o seu significado e alcance e as aceitem sem quaisquer hesitações.

O desencadeamento do contra-ataque exige que

se concentre o esforço da ação governativa

*na instrução e educação
na ação médica e social
no povoamento,
no fomento, particularmente*

*na agricultura
na pecuária
na geologia e minas
nas obras públicas
nas comunicações
na indústria.*

São estas, sem dúvida, as tarefas que, por constituírem a base da sobrevivência de qualquer país, livre e soberano, hão de ser consideradas como vitais. Daí, a obrigação imperativa de serem realizadas a todo o custo, conjugando na sua realização todos os esforços, sem olhar a sacrifícios, quaisquer que êles sejam: TÔDAS AS POSSIBILIDADES, ESPIRITUAIS E MATERIAIS, HÃO DE SER POSTAS AO SEU SERVIÇO. As demais serão realizadas apenas na medida em que as restantes disponibilidades o consintam.

Consolidada que seja a posição nacional, por se ter vencido o perigo de morte que ameaça o país, serão elas retomadas e procurar-se-á neutralizar o atraso que hajam sofrido. Até lá, porém, serão "esquecidas", para que parte dos esforços, que lhes são consagrados seja desviada em benefício das tarefas vitais.

Assim, para montar convenientemente os serviços que hão de realizar a detenção da ameaça e para concentrar o esforço da ação governativa nas missões fundamentais e decisivas, impõe-se

eliminar com firmeza tudo quanto seja supérfluo e até mesmo dispensável e sacrificar os demais serviços públicos, enquanto a crise não fôr dominada, destinando parte do seu pessoal e das suas verbas ao reforço daquelas atividades.

Se as leis em vigor o não consentem — por estarem ultrapassadas por uma situação em tudo diferente daquela para que foram criadas — elaborem-se novas leis, alterando o que alterações necessite, ajustando o que ajustamentos reclame, eliminando o que eliminações exija, de modo que o corpo jurídico instituído sirva plenamente a gravíssima situação criada ao país e permita as verdadeiras soluções para os problemas dela decorrentes.

De tudo o exposto, a conclusão impõe-se logicamente:

para se vencer na luta contra a subversão, durante o período da incubação, cumpre, antes do mais, DETER A AMEAÇA EM CURSO e, depois, feita essa detenção, DESENCADear UM CONTRA-ATAQUE.

1) Para DETER A AMEAÇA, há que

- entregar a responsabilidade da planificação e condução da luta a UMA DIREÇÃO ÚNICA, que acionará, fundamentalmente,

*um serviço de informações
um serviço psicossocial
um serviço policial;*

2) para CONTRA-ATACAR, cumpre:

- concentrar o esforço da ação governativa nas tarefas decisivas para a sobrevivência nacional,
- sacrificar, em benefício dessas tarefas, tôdas as atividades que não concorram diretamente para elas,
- rever o atual corpo jurídico, ajustando-o à verdadeira essência da luta em curso.

2) Durante o período da violência

Neste segundo período da subversão, a reação há-de processar-se ainda através de uma detenção e de um contra-ataque.

Nôvo fator, contudo, passa a intervir na situação por parte do adversário — a sua potencialidade de força — exigindo que a ordem estabelecida — embora desenvolva o contra-ataque em condições idênticas às do período anterior — passe a manobrar em novas bases no que refere à detenção da ameaça.

Onde a quando a violência venha a ser iniciada pelo adversário, a ordem será alterada. Porque nada se pode construir na desordem — que, como disse, só ao inimigo aproveita — haverá que restabelecer aquela no mais curto período de tempo.

O desencadeamento da ação violenta revela que a organização clandestina do adversário se transformou numa verdadeira "máquina subversiva", alcançando nível suficientemente elevado para lhe dar a certeza de vencer. Poderá sofrer reveses aqui e além, hoje e amanhã, remeter-se a períodos de atividade mais ou menos prolongados, viver situações de maior ou menor dificuldade; tudo isso será possível, mas o somatório final da sua persistência e de tôdas as suas atividades apresentar-se-á, sem dúvida, positivo.

A destruição daquela "máquina", que se impõe como preocupação imediata, para libertar as populações da ameaça permanente e aniquiladora do terror, não poderá alcançar-se, como no primeiro período, por simples ação policial, uma vez que à organização político-administrativa, agora eficiente, se juntou, apoiando-a e fortalecendo-a, uma organização militar, cujo poder se acentuará com o decorrer do tempo.

Surge assim a necessidade de empenhar meios materiais mais eficazes, por mais poderosos, sucetíveis de, em paralelo com o aniquilamento da organização político-administrativa adversa, eliminarem, tão depressa quanto possível, o sistema militar adverso.

Esses meios só as fôrças armadas os possuem.

Nesta ordem de idéias, cumpre

fazer intervir, sem demoras, com tôda a firmeza, energia e severidade, a fôrça armada, onde, porventura, o adversário haja conseguido iniciar o período de violência.

Esta intervenção das fôrças armadas integrar-se-á, pois, na detenção da ameaça, emprestando à ação de destruição da infra-estrutura adversa a fôrça que ainda não possui e de que passa a necessitar perante a valorização daquela infra-estrutura.

Para que as fôrças armadas possam cumprir esta missão de destruição da máquina do adversário da sua infra-estrutura, é indispensável que o seu emprêgo se faça com respeito por umas tantas normas que pouco, ou mesmo nada, têm de comum com as normas clássicas.

a) AÇÃO MILITAR

Dispositivo a criar

Porque aquela infra-estrutura é constituída por uma organização político-administrativa e por uma organização militar, que se completam entre si, a sua destruição há-de abranger êsses dois ramos e ser realizada simultâneamente sôbre ambos, num rigoroso ajustamento à modalidade de ação do adversário.

O desmantelamento da organização político-administrativa implica, antes do mais, a sua deteção, em seguida, a sua neutralização e, por fim,

a impossibilidade da sua reconstituição. É tarefa que deve continuar a ser atribuída à ação policial, desenvolvida desde o primeiro período, aproveitando assim todo o sistema de luta já montado, mas agora integrado no dispositivo das forças armadas.

No que refere à organização militar adversa, o seu aniquilamento, de caráter essencialmente guerreiro, reclama, como primeira preocupação, a garantia, na região subvertida ou ameaçada, da liberdade de movimentos das forças da ordem e a conservação de determinados pontos essenciais à economia da região e à vida da ordem estabelecida. Para isso, haverá que assegurar a posse desses elementos, tidos como indispensáveis à garantia daquela liberdade e da vida das populações e à limitação das do adversário, instalando postos ao longo de tais itinerários e sobre tais pontos. O que não pertence à ordem estabelecida pertence ao adversário. Mesmo que este se não encontre lá, é necessário ocupar, do contrário acabará ele por se instalar.

A posse de alguns itinerários e pontos ficará assegurada, é certo, mas a zona onde se encontra cada um desses itinerários e desses pontos continuará a não pertencer às forças da ordem, porque os bandos adversos, beneficiados pelo estatismo do dispositivo daquelas, atuarão com toda a iniciativa no intervalo dos referidos postos, tornando-se cada vez mais ousados e, como consequência, fazendo crescer de dia para dia a desmoralização, não só das forças da ordem mas também da população.

O aumento da densidade do dispositivo, pela instalação do maior número possível de postos, conquanto permitisse certa melhoria da situação, pela diminuição dos intervalos, não representaria a solução que importa ter. De fato, a menos que tais intervalos se reduzissem a ponto de consentirem, em boas condições, a ligação à vista entre os vários postos instalados — o que, na prática, seria impossível dados os extraordinariamente elevados efetivos absorvidos — o adversário, mesmo com maiores dificuldades, continuaria a poder atuar na “terra de ninguém”. A sua guerrilha conservaria toda a força, nascida do moral e do sentimento de poder preparar à vontade os seus golpes e de os vibrar onde, quando e como quisesse, do forte ao fraco e se beneficiando da surpresa.

A imobilidade deste conjunto de postos não permite a destruição da organização militar do inimigo, verdadeira finalidade a atingir com a ação militar das forças da ordem.

Esta não poderá, pois, limitar-se à implantação de tal dispositivo.

Têm de se fazer como o inimigo. Há que criar, entre as tropas da ordem estabelecida, a mentalidade do caçador e não da peça de caça. Têm elas de viver como os bandos do adversário, marchar como eles, persegui-los, despistá-los e flagelá-los. A guerrilha não se combate senão com a guerrilha. Importa libertar as forças da ordem de toda e qualquer idéia de estatismo, de as arrancar ao arame farpado por trás do qual possam, num ou noutro momento, pensar em abrigar-se, e fazer delas um instrumento agressivo, tanto de dia como de noite, em vez de defensivo, que procure em vez de esperar, que prefira o risco da inicia-

tiva ao risco da inação. *Cumprir criar à guerrilha do inimigo, por toda a parte e a todo o momento, um ambiente de insegurança que lhe arrebathe a liberdade de ação, fazendo circular as forças da ordem, em permanência, em busca dos bandos adversos para os fixar e, em seguida, os destruir.*

A sua destruição depende, antes de mais nada, da sua localização. E estabelecer o contato com o adversário — porque este se encontra por toda a parte e em parte alguma — torna-se extremamente difícil. Há-de ele ser procurado por todo o lado, procura que pode ser comparada a uma verdadeira caçada coletiva, com aproximações, esperas e batidas sucessivas ou alternadas, no decorrer das quais a caça pode reagir com armas iguais, e até tornar-se caçador, e este, se não proceder ajustadamente por falta de informações, pode transformar-se em peça de caça. Só depois de encontrado e fixado é possível destruí-lo, destruição como características que, até certo ponto, se aproximam das clássicas.

Quer dizer, a ação móvel contra o inimigo tem de se desenvolver em duas fases bem diferentes: procura sistemática e permanente do adversário, em escala o mais vasta possível, e sua fixação até que, instalado o dispositivo encarregado de realizar o ataque, se proceda à sua destruição.

Como consequência, impõe-se a implantação de um sistema apropriado, que cubra por completo o território. Este será dividido em malhas — regiões, zonas, setores e subsetores — a serem ocupadas por forças de volume sucessivamente decrescente. *Cria-se, desta maneira, uma quadrícula, tanto mais eficiente, quanto mais apertadas forem as suas malhas elementares.*

A definição desta quadrícula não pode ser feita segundo as normas que presidem à instalação de um dispositivo para a guerra clássica. Porque, nesta nova modalidade de luta, importa criar o maior número possível de pontos de contato com as populações, de modo que elas sintam por toda a parte a presença da ordem estabelecida e esta possa tornar o mais ampla possível a sua ação sobre ela, haverá que dispersar ao máximo as forças, sem, no entanto, levar essa dispersão além de um nível que signifique perigo de destruição.

O dispositivo deverá, pois, ser implantado, não sobre o terreno topográfico, como na guerra clássica, mas sobre a população, verdadeiro terreno em que se desenvolve a luta subversiva e seu único objetivo. Como tal, a sua estruturação será feita de harmonia com o estudo demográfico do país ou do território, tendo em conta quer a distribuição da população — visto a densidade populacional traduzir o valor e o interesse das diferentes regiões — quer as suas características étnicas e sociais — por definirem o ambiente que o adversário encontrará no seio dela e a natureza das reações que ela oferecerá à ação das forças da ordem — quer ainda o grau de confiança que ela nos merece — pois dêle dependerá até onde as forças da ordem poderão apoiar-se

nela —. Por outras palavras, o *dispositivo deve nascer, antes de tudo, das condições populacionais*.

Sem um perfeito ajustamento entre essas condições e a articulação das forças da ordem, nascerá um dispositivo errado que, como consequência, de forma alguma poderá levar à vitória.

Da cuidadosa análise de tais condições nascerá a idéia que deve presidir à distribuição geral de meios, sempre dominada pela preocupação de um justo equilíbrio entre as necessidades resultantes dessa análise e as reais possibilidades. Só depois, com vista à concretização do dispositivo de cada malha, intervirão fatores de pormenor, nos quais estarão incluídos os determinantes da escolha dos pontos e itinerários a manter em cada malha elementar.

Se partirmos do princípio de que a divisão administrativa presidiu, um justo critério, determinado pelos vários fatores de ordem populacional, com ela deverá coincidir a quadricula militar. Mais do que conveniente, esta coincidência é indispensável, porquanto *a totalidade da luta reclama, impõe mesmo, que operações e administração estejam integradas no quadro do conjunto da reação à subversão*. Daí, a necessidade subsequente de atribuir, em cada uma das malhas da quadricula, a responsabilidade de tudo quanto nela se passe — no campo militar e no âmbito civil — a uma única entidade que detenha em suas mãos as prerrogativas civis e militares. Outra solução constituirá desacerto, e grave, por tornar impossível obter a *unidade de comando*, basilar nesta luta, visto só ela conduzir à unidade de ação e permitir judiciosa reflexão na concepção e ajustada firmeza na execução.

Nesta ordem de idéias, à força que ocupa cada uma dessas malhas caberá, por um lado, garantir, por meio de postos, a proteção de itinerários e pontos fundamentais e, por outro lado, dispor das condições que lhe permitam desencadear, a todo o instante e por toda a sua área, mantendo-a em permanência, uma ação móvel, apoiada naqueles postos. Como consequência, essa força terá de se articular em dois núcleos: *força de proteção e força de intervenção*, havendo toda a vantagem — senão mesmo necessidade — em desdobrar esta última em dois escalões: um ligeiro, de extrema mobilidade e da maior rusticidade, para a procura do inimigo e o estabelecimento do contato com ele — *forças de contato* — e outro, mais potente, para a sua destruição — *forças de ataque*.

Tal necessidade torna-se mais evidente e imperativa à medida que a subversão se intensifica e consolida, pois, na sua primeira fase, o valor militar do adversário não oferece consistência de maior, pelo que a sua destruição poderá ser levada a efeito pelas próprias forças de contato. Há, no entanto, por medida de segurança, que prevenir a hipótese de o valor militar do inimigo, mesmo no início do segundo período da subversão, por circunstâncias especiais que hajam escapado ao nosso estudo e à nossa apreciação, atingir em determinada ação, localizada no tempo e no espaço, um grau incompatível com as possibilidades daque-

las nossas forças. Para tanto, convirá que a força de intervenção dos escalões superiores ao da malha elementar da quadrícula disponha, desde o início, pelo menos de um pequeno núcleo apto a realizar a destruição, ocorrendo sem demora, enquanto as forças de contato "agüentam" o contato e impedem a fuga do adversário, núcleo êsse a desenvolver se a evolução da situação o aconselhar ou exigir e à medida que tal evolução se verifique.

Cumprirá à *força de proteção* a guarnição dos postos fixos de proteção, a escolher e estabelecer cuidadosamente, de harmonia com os meios disponíveis, as características das populações e a situação de momento. Quando a rebelião está no seu primeiro período — incubação — interessa estabelecer com as populações o maior contato possível de modo a tornar-se mais ampla a ação a realizar sobre elas, neutralizando assim a atividade subterrânea do adversário.

Na verdade, porque, como se sabe, a conquista da população é o objetivo da luta do inimigo, todo o elemento das forças da ordem que não esteja em contato direto e permanente com ela não terá qualquer eficácia. Para isso, deve instalar-se um grande número de postos, dando às suas guarnições um valor mínimo, embora sempre compatível com a segurança e a eficiência. Se, contudo, a situação vier a agravar-se, êsse número deverá ir diminuindo para que as guarnições, aumentando de valor, tenham possibilidade de resistir a todo e qualquer ataque do adversário, sendo mesmo de prever que cheguem ao efetivo de Companhia, se a situação se tornar muito difícil, a área do objetivo a proteger foi muito extensa e a população local não merecer confiança. À medida, porém, que o perigo fôr desaparecendo e, por conseguinte, graças à ação de pacificação, a situação se fôr esclarecendo e abrandando, de novo o dispositivo deverá começar a descontrair-se, pelo aumento do número de postos, visto as guarnições poderem ser reduzidas sucessivamente, sem, no entanto, irem além de um limite por se tornar sempre perigoso fazê-lo.

É indispensável, pois, acompanhar o evoluir da situação para se lhe poder adaptar, a todo o instante, o dispositivo, porquanto, se representa desperdício de meios conservar postos demasiado fortes para a situação de momento, grave erro será implantar ou conservar postos muito fracos, que depressa se tornarão pequenas ilhas cercadas e ameaçadas, sem influência real sobre os habitantes.

A *força de intervenção* é como que reserva de ação imediata, que dará mobilidade ao dispositivo, tornando-o dinâmico e agressivo, por forma a maniatar os bandos do adversário. Tomará à sua responsabilidade as ações de intervenção, não só em proveito direto e imediato de qualquer posto ameaçado pelo inimigo, mas também em benefício do conjunto da malha, realizando, dentro das suas possibilidades, as operações ofensivas ou cooperando com as forças do escalão superior, que hajam sido destacadas para essa malha, a fim de nela efetuarem uma operação de maior amplitude.

A estratégia militar na guerra subversiva terá de assentar no justo equilíbrio destas duas ações — a proteção e a intervenção — que se completam entre si. Da síntese do estatismo da primeira e da mobilidade da segunda, da passividade de uma e da agressividade da outra, vai resultar a criação de tôdas as condições indispensáveis à destruição da organização militar do adversário.

A primeira ação não poderá contudo, circunscrever-se rigorosamente aos pontos e itinerários mais importantes: tem de se fazer por tôda a parte, garantindo a proteção de todos os núcleos populacionais, por mais modestos que sejam, uma vez que um dos objetivos dos bandos adversos é espalhar um ambiente de medo e insegurança, destruindo a capacidade de resistência moral das populações.

Reveste-se, sem dúvida, a ação de proteção da maior importância, por garantir não só a posse daqueles objetivos essenciais à vida da população da região mas também a segurança das vidas e a proteção dos bens de cada um. Todavia, a vitória da ordem estabelecida, no campo militar, há-de assentar na ação móvel, a ser realizada em tôdas as malhas da quadricula, partindo dos postos nelas instalados, durante 24 horas por dia, no decurso de 30 dias do mês e dos 12 meses do ano, numa coordenação estreita por forma a obter-se a simultaneidade e a não dar possibilidade ao inimigo de se refugiar nas malhas de momento inativas. Na verdade, êste, ao ser perturbado em determinada malha, abandona-la-á, enquanto essa perturbação se mantiver, acolhendo-se àquela — ou àquelas — onde a atividade, das forças da ordem seja menor ou mesmo nula. Os resultados limitar-se-iam a inquietar os bandos adversos, que continuariam por destruir. Importa que aquela atividade cubra, a todo o momento, senão a totalidade do território, ao menos um conjunto de malhas contíguas para que, além da inquietação, se leve aos referidos bandos a destruição, pela impossibilidade de se subtraírem à ação daquelas forças.

Assim, a coordenação há-de fazer-se no espaço — a fim de se ter a garantia de que a ação se desenvolverá numa amplitude capaz de assegurar o êxito — e no tempo — com vista a obter-se a simultaneidade de ação nas diversas áreas em que fôr decidido realizá-la e a prosseguir-la até alcançar os objetivos estabelecidos.

É, na verdade, absolutamente indispensável multiplicar por um fator elevado os meios a empenhar nesta ação móvel, inundando as malhas, por tal forma, de forças de intervenção que torne possível manter em permanência um turbilhonamento que abranja tôda a área.

Repartição de forças

O justo equilíbrio das duas ações reclama um justo equilíbrio na distribuição de meios a elas destinados.

A sua importância relativa determina que à ação móvel seja consagrada a maior parte dos efetivos existentes, reservando para a pro-

teção o mínimo possível. Este mínimo, contudo, não pode baixar além de certos limites, porquanto a ação de proteção reclama também volumosos meios, já pelo extraordinário número de objetivos a proteger já para haver a garantia de que o adversário não conseguirá êxito algum com qualquer golpe de mão em força, pela concentração momentânea dos seus esforços contra determinado objetivo.

Esta circunstância cria um dilema que só poderá ser solucionado com a organização da autodefesa das populações, atribuindo-lhe a missão de proteção, a ser cumprida com o apoio de um certo número de unidades militares que, a êsse fim destinadas, constituiriam as *forças de proteção*. Desta maneira, será possível destinar a estas meios reduzidos e consagrar a quase totalidade dos meios à ação móvel: *forças de intervenção*, a articular, como já disse, nos escalões de contato e de ataque.

No início da luta, o potencial do adversário, embora em aumento, não será suficiente para exigir que se consagrem elevados efetivos ao segundo dêstes escalões. As operações de busca e de contato manter-se-ão as mais volumosas, já pela amplitude e pela duração que devem ter já pela circunstância de continuarem a poder evoluir normalmente no sentido do ataque, dada a relativa fraqueza do inimigo. Porque assim é, bastará destinar ao *ataque* meios limitados para que o esforço da intervenção se concentre maciçamente no *contato*, a ser realizado na mais vasta escala, batendo o terreno minuto a minuto e polegada a polegada.

Ao passo que as *forças de proteção* devem ter uma constituição assente em unidades de atiradores, dotadas de material que garanta a defesa eficiente de qualquer objetivo, levando ainda em conta os meios de que o adversário já disponha e venha a dispor em futuro próximo; as *forças de ataque* serão constituídas em agrupamentos de tôdas as Armas, dotados do máximo de mobilidade, compatível com o terreno onde terão de atuar. Por fim, as *forças de contato*, pelas características muito especiais da sua atividade — guerrilha — hão-de dispor de uma articulação dos seus elementos integrantes que lhes confira a máxima fluidez, com base em elevadas flexibilidade e mobilidade; ser dotadas de um armamento que, embora ligeiro, lhes permita desencadear, instantaneamente, a maior quantidade de fogo possível na unidade de tempo; possuir um equipamento que proveja a tôdas as necessidades da unidade e do combatente sem, contudo, amarrar uma e outro ao terreno, tornando-os pesados: são, entre nós, as “companhias de caçadores especiais”, tal como foram concebidas, e que, infelizmente, acabaram por ser extintas.

Quer dizer, na orgânica, e conseqüentemente na preparação, das *forças a constituir*, terão obrigatoriamente de ser levadas em conta as características das ações a que elas se destinam, de modo a criar, para cada tarefa, a “ferramenta” apropriada. É erro persistir na idéia de que um único tipo de unidade satisfaz a tão diferentes necessidades, e isto pela impossibilidade de se encontrar para êle um equilíbrio que permita

a sua adaptação eficiente a cada uma daquelas missões: o máximo que se conseguirá será um compromisso que de forma alguma poderá satisfazer.

Cumprir criar três tipos de unidades, de características e valor combativo diferentes, consoante a missão a que se destinem: extremamente, ligeiras e móveis as de contato; dotadas de potencial destruidor as de ataque; e com capacidade de resistência as de proteção. Com estas três "ferramentas" será possível realizar o que se não conseguiu nem conseguirá fazer com uma só: destruir a organização militar do adversário.

A repartição destas forças pelas malhas da quadricula será norteada por um princípio basilar: *tudo quanto se passe no interior de cada malha da quadricula é da inteira e exclusiva responsabilidade do seu Comando que, como consequência, deve dispor dos meios indispensáveis à realização integral da ação militar.*

Assim, a malha elementar há-de contar com elementos que permitam não só apoiar a autodefesa das suas populações mas também chamar a si diretamente a proteção dos itinerários e dos objetivos decisivos nela existentes, e elementos para intervir, "caçando" e destruindo os bandos adversos.

No que se refere à proteção, deve ela ser entregue à própria população, para o que se terá de organizar, convenientemente, a respectiva autodefesa, nas bases adiante expostas, destinando unidades militares elementares — tipo pelotão, reforçado ou não, consoante a situação — apenas aos itinerários e objetivos de interesse público e de importância decisiva; quanto à intervenção, pertencerá ela a uma — ou mais — pequena unidade de contato e a um pequeno destacamento de ataque, capaz de apoiar não só aquela mas também, se necessário, as forças de proteção.

Dado o seu limitado volume, poderão estes meios, destinados à malha elementar, ser agrupados com vantagem numa única unidade, de constituição mista, do tipo

pelotões de atiradores, em número variável com os objetivos e e os itinerários a proteger,

três pelotões de caçadores especiais, para manter com dois a permanência da ação, enquanto um repousa,

um ou dois pelotões de apoio, com atiradores e escalão de fogo — metralhadoras, morteiros, lança-granadas a.c. e canhões sem recuo —

unidade que teria, portanto, como elemento de intervenção, os caçadores especiais — para a ação de contato — e o apoio — para a ação de ataque — e, como elemento de proteção, os atiradores — destinados à proteção dos itinerários e objetivos fundamentais e ao apoio dos núcleos de autodefesa.

Nos demais escalões da quadrícula — porque a proteção já está assegurada nas malhas elementares — os Comandos disporão apenas de *forças de intervenção*, convenientemente articuladas e em volume definido pelo grau do escalão considerado. Com estas forças à sua disposição, cada um desses comandos estará em condições de cumprir a sua missão: intensificar, a todo o tempo, aquelas operações em determinado ponto da sua área, reforçando os meios das malhas subordinadas onde tais operações tenham lugar, ou então desencadear, por si próprio, ações, mais poderosas e amplas, de destruição dos bandos adversos.

Quanto ao Comando-Chefe, cumpre *manter uma reserva extremamente móvel* — a rapidez da ação, repito-o, é fundamental nesta modalidade de luta — constituída por unidades rápidas, transportáveis por ar, por mar ou por terra, que, instaladas em regiões bem escolhidas, possam acorrer, sem perda de tempo, a qualquer ponto da quadrícula, para eliminar o adversário que haja resistido às ações contra ele desencadeadas nos sucessivos escalões, quer reforçando os meios destes quer sobrepondo-os à sua ação. Há-de ainda o Comando-Chefe dispor de forças navais e aéreas, de todo indispensáveis, não só como valiosos elementos de cooperação com as forças terrestres, tanto no campo do transporte como no da observação e da ação pelo fogo, mas também como excelentes meios para o isolamento do inimigo com o exterior, pela realização da cobertura da fronteira e da vigilância da costa, por forma a eliminar tôdas as possibilidades de reabastecimento vindo dos seus aliados ou protetores.

Por princípio algum se poderá pensar na vitóia sem o concurso ativo e intenso da aviação. Com efeito, bastará, para o demonstrar de forma inequívoca, o seguinte apontamento ligeiro: onde quer que a luta se trave, as forças reabastecidas e apoiadas pelo ar não só poderão manter-se afastadas das suas bases durante longos períodos de tempo mas também não necessitarão de desfalcas o seu potencial para fazerem transportar e escoltar as baixas sofridas, ao evacuarem-nas para as bases, comprometendo, por vezes, o cumprimento da missão. E, assim, a cooperação efetiva da aviação permite às forças da ordem, por um lado, compensarem, em larga medida, uma das suas mais preocupantes deficiências — a falta de efetivos combatentes — e, por outro lado, fazerem uma melhor aplicação daqueles de que dispõem.

O fator surpresa, característica essencial da guerrilha, passou a sofrer limitações por efeito da aviação, que veio restabelecer, até certo ponto, o equilíbrio, proporcionando às forças da ordem maiores possibilidades de reduzirem o adversário à defensiva.

Nesse aspecto, reveste-se de importância decisiva o helicóptero que — além da valiosa colaboração dada à artilharia, como observador, ao comando, como meio de ligação, à logística, como reabastecedor e evacuador, e à própria aviação, como orientador dos seus ataques ao solo — é o elemento por excelência para transportar rapidamente as forças de ataque para onde quer que o adversário haja sido localizado.

pelas forças de contato, ignorando assim as dificuldades, por mais duras que sejam, oferecidas pelo terreno.

Sabido que o inimigo, uma vez contactado, furtar-se-á ao combate, retirando-se sem perda de tempo, desde que verifique não lhe ser possível resistir e eliminar as forças da ordem, impõe-se que estas informem da situação as forças de ataque, sempre prontas a partir, e se empenhem a fundo no sentido de manterem o contato, a fim de darem tempo a que aquelas cheguem e desencadeiem a ação que o há-le aniquilar. Esse deslocamento das forças de ataque, para ser oportuno, reclama, na maioria dos casos, a colaboração do helicóptero, o que aconselha a dotar com este meio os comandos, a partir de certo escalão, definido de harmonia com as possibilidades materiais, numa descentralização de todo indispensável.

No que às forças navais refere, importa deixar vincado o interesse de que se reveste, particular, a sua colaboração quer em zonas costeiras, semeadas de ilhas, onde o adversário se acoita e instala bases, quer em regiões cortadas por numerosos cursos de água ou braços de mar, pelas dificuldades que nelas encontram as forças terrestres. Numas e noutras, a sua ação, quer tome a forma de desembarques quer adote a modalidade de patrulhamentos, torna-se basilar para o aniquilamento dos bandos que nelas atuam.

Cadeia de Comando

Se, dentro do princípio da adaptação à divisão administrativa, considerarmos o posto administrativo como subsetor, a circunscrição como setor e o distrito como zona, poderemos aceitar, para a guarnição destas malhas, efetivos dos valores de subunidade de tipo companhia, de destacamento e de agrupamento, respectivamente. Parece ser este o esquema a admitir, uma vez que diminuir o seu valor seria criar o "vazio da ocupação", com tôdas as conseqüências desastrosas em face da subversão, pois esse "vazio" significa "liberdade de ação" para o adversário.

Bem ao contrário, há que encarar o aumento da densidade da quadrícula — se, porventura, a evolução da situação o impuser — o que se conseguirá, onde essa necessidade se revelar, quer pelo acréscimo dos efetivos quer pelo desdobramento dos subsetores. Assim, a todo o instante, nas áreas onde os acontecimentos, apesar de tudo, evoluam de maneira perigosa, poderá a *quadrícula-base* ser "apertada", estreitando aí as suas malhas, pela redução das respectivas áreas, em benefício da criação de novas malhas, ou aumentando os meios atribuídos a cada uma dessas malhas iniciais, cuja extensão será mantida.

Dadas as flutuações constantes da situação, que obrigam a reações imediatas, o combate, para se poder aproveitar o escasso tempo da manifestação de presença do adversário, tem de ser conduzido por quem o possa explorar com oportunidade. Tal circunstância obriga a *uma grande descentralização no Comando*.

Daí, constituir a *subunidade* — tipo “companhia”, de composição variável — o escalão tático fundamental, responsável pela execução das operações, em princípio, no interior de cada malha elementar da quadricula.

Estas subunidades atuarão, em número variável com a situação de cada área, sob um comando, de escalão imediatamente superior — o *destacamento* — cuja ação será, apenas, de coordenação e, sobretudo — o que é fundamental — de apoio. É de admitir, contudo, a necessidade de concentrar, por vèzes, os esforços de algumas ou mesmo de tôdas as subunidades em relação a determinado objetivo ou ação bem definida, situação em que a operação será conduzida diretamente pelo comando do destacamento.

A obrigação de orientar e coordenar as operações a cargo do destacamento leva à criação do escalão *agrupamento*, responsável pela área de zona. Esta coordenação pode induzir à conveniência de associar, sob o mesmo comando, maior ou menor número de destacamentos, de harmonia com a finalidade dessas operações e a evolução dessa situação, motivo por que também a composição do agrupamento deve ser variável.

Trata-se de um escalão que, por estender a sua responsabilidade a áreas muito vastas, terá de atuar mediatamente, o que não sucede, como disse, com as subunidades.

Um número reduzido de agrupamentos poderá equivaler a dar a cada um dêles uma área de responsabilidade exagerada e a reunir um número de destacamentos excessivamente elevado, comprometendo, assim, as possibilidades de uma ação de comando eficiente. Em contrapartida, a redução daquela área e daquele número para limites aceitáveis poderá obrigar a criar agrupamentos em tal quantidade que comprometa as mesmas possibilidades para o comando das forças da região. Resulta, assim, a necessidade de estabelecer um escalão entre êste e o agrupamento — o *comando territorial* — que permita planejar, coordenar e apoiar as operações dos agrupamentos, seus subordinados em execução dos planos e diretivas do *comando da região* (forças terrestres).

Parece, assim, poder concluir-se que, no seu aspecto geral, o escalonamento do Comando, numa situação de reação à subversão, e no que interessa às forças terrestres, será, em qualquer teatro de operações,

Comando-chefe

Comando da região (ou das forças terrestres)

Comando territorial

Comando de agrupamento

Comando de destacamento

Comando de subunidade.

Porque, em tal situação, a necessidade de realizar operações surge sempre de um para o outro momento, em qualquer ponto do teatro — visto o adversário, *que desconhecemos*, estar presente em tôda a parte

e a todo o momento — esta cadeia de comando tem de ser organizada e montada em condições de atuar com eficiência, a todo o instante, responsabilizando-se por essas operações.

Cadeia logística

Para que o dispositivo apresentado possa funcionar com a eficiência desejada, terá de contar com o apoio de *um sistema logístico que liberte por completo as unidades de proteção e de intervenção das preocupações de "retaguarda", para que possam consagrar-se integralmente ao combate, sem dêle desviarem uma parcela só que seja de atenção, de esforço e de pensamento.*

A subunidade, porque tem a responsabilidade da execução do combate, nas condições já apontadas, deve estar livre de toda e qualquer preocupação que não seja a daquela execução. Há que assegurar-lhe a satisfação de todas as exigências de vida e de combate.

Será o *destacamento* a que pertence quem assumirá essa responsabilidade, até porque a sua intervenção no combate se limita normalmente, como se viu, ao apoio e à coordenação das ações das suas subunidades.

As flutuações muito freqüentes da situação — que determinam, para o combate, parada e resposta imediata — impõem, para o apoio logístico, extrema flexibilidade, a ser obtida à custa de um sistema tão simples e direto quanto possível. Nesta ordem de idéias, atribuir responsabilidades logísticas ao *agrupamento* seria contrariar essa norma.

Deixar-se-á o agrupamento entregue às suas preocupações táticas, já definidas, transferindo aquela responsabilidade para o *comando territorial*.

A necessidade de coordenar o apoio logístico a todas as tropas do teatro, através dos vários comandos territoriais, leva à intervenção do *comando da região*, a quem cabe dar ao problema a solução, ou as soluções, que a evolução da situação fôr sucessivamente exigindo.

Conclui-se, assim, que a cadeia logística deverá ser definida por três elos:

- Comando da região
- Comando territorial
- Comando de destacamento

cadeia que só poderá funcionar com eficiência desde que os seus órgãos periféricos acompanhem, a todo o momento, a instabilidade da situação, no âmbito da execução do combate. Há, pois, necessidade de tais órgãos serem constituídos por *elementos móveis*, que atuem a nível de comando de destacamento.

A atividade a desenvolver por êsses elementos dependerá da existência de órgãos, no escalão territorial, que, constituídos por *elementos fixos*, sejam suficientemente estáveis para se manterem alheios às flutuações da situação, garantindo, assim, a permanência do apoio necessário aos destacamentos e às unidades, mesmo que, para tanto, hajam de destacar antenas que facilitem êsse apoio.

E por demais evidente a indispensabilidade de apoiar êstes elementos com *outros de maior desenvolvimento e estabilidade* que, satisfazendo as necessidades de escalão territorial, cubram a totalidade das forças terrestres do teatro de operações.

Assim, a cadeia logística já referida materializar-se-á pela criação de:

- órgãos de base
- órgãos fixos (com ou sem elementos destacados)
- órgãos móveis,

respectivamente nos elos comando da região, comando territorial e comando de destacamento.

Nesta ordem de idéias, importa dotar cada um dêsses elos com os meios, em pessoal e material, indispensáveis à implantação e ao funcionamento de tais órgãos.

A circunstância de os órgãos de base serem instalados, normalmente, nas testas de vias de comunicação, de grande importância pelo seu rendimento (capacidade e tempo), cuja segurança constitui responsabilidade do comando da região — por si só ou com a colaboração dos outros ramos das forças armadas — determina a conveniência de caber àqueles órgãos a obrigação de manterem a corrente logística entre si e os órgãos fixos do escalão territorial.

Em contrapartida, a vantagem de evitar transbordos — operação sempre morosa e delicada — aconselha que a corrente logística entre os órgãos fixos do escalão territorial e os órgãos móveis do escalão destacamento seja garantida por êstes últimos, tanto mais que a êste escalão cumpre manter a segurança tática dos itinerários normalmente utilizados para o efeito.

Tal é, em esquema geral, a estrutura que julgo dever ser adotada para o apoio logístico das operações contra a subversão, havendo o cuidado — condição basilar — de tudo se conjugar no sentido de dar a êste sistema as possibilidades de que necessita, a fim de que homem algum das unidades de proteção e de intervenção seja divorciado da sua missão de combatente — única que lhe pertence — para ser hipotecado em tarefas burocráticas e logísticas, enfraquecendo assim, senão mesmo destruindo, a capacidade combativa das unidades. Não se discute a importância decisiva das tarefas apontadas, até porque sôbre ela não há discussão possível. Recorda-se, porém, que elas existem para apoiar o combate e não para o comprometer. Daí, a obrigação imperativa de com-

pletar o dispositivo criado com um sistema logístico que, dispondo de meios próprios, independentes das unidades combatentes, prestem a estas o apoio de que necessitam, e sem o qual não poderão cumprir a sua missão.

Conduta das Operações

A destruição dos bandos adversos exige que se comece por se enfraquecer o seu potencial, para que as forças atribuídas a cada malha elementar sejam capazes de o enfrentar com êxito. Com essa finalidade, devem os vários escalões, superiores àquela malha, montar e conduzir, com as suas forças de intervenção, freqüentes operações de envergadura, que conduzam à fragmentação — senão mesmo à destruição — dos referidos bandos.

Tais operações, contudo, para serem frutuosas, terão de se desenvolver em áreas extensas — a definir de harmonia com as informações obtidas sobre o adversário — pois só assim se conseguirá evitar que os bandos se furem ao contato e se refugiem nas malhas contíguas, onde ação alguma esteja em curso, para regressarem, uma vez concluída a operação, àquelas onde têm as suas bases e de onde tiveram de se ausentar.

Por virtude desta atividade, a manter em permanência, os bandos adversos, perseguidos por todo o lado e a todo o instante, vêem-se obrigados, para sobreviverem, ou a dispersar-se em pequenos grupos de 4 e 5 indivíduos ou a refugiar-se em zonas dificilmente acessíveis e penetráveis.

Se o resultado conseguido é a desagregação dos bandos, estão criadas as condições ótimas para a ação das forças de cada uma das malhas elementares, que manterão, por toda a sua área e em permanência, uma atividade de busca e de caça àqueles pequenos grupos, não lhes dando nem segurança nem repouso, até ao seu aniquilamento total. Se, porém, o resultado se traduziu no refúgio dos bandos, então cumpre ao Comando-Chefe, empregando as reservas gerais — constituídas pela reserva normalmente existente e por forças retiradas de áreas em vias de pacificação ou mesmo já pacificadas — desencadear, sucessivamente — ou simultaneamente, se os meios disponíveis o permitirem — grandes operações contra essas várias zonas de refúgio, a fim de desarticular os bandos aí recolhidos e abrir o caminho às forças de intervenção das malhas elementares, que, como na primeira hipótese, prosseguirão a luta até o final.

Sempre que as necessidades superem largamente as possibilidades em meios disponíveis, impedindo que a ofensiva abranja ao mesmo tempo as várias zonas de refúgio, o Comando poderá determinar a evacuação temporária, mas obrigatória, de todos os habitantes das zonas não eleitas e suas faixas limítrofes, com vista a fazer o “vazio” espacial e a criar ao adversário condições de vida impossível, interditando as áreas evacuadas e entregando-as a ações sistemáticas da artilharia e da aviação e a operações de destruição de todos os recursos de vida nelas existentes, sempre que estes não possam ser rigorosamente controlados. A partir

do momento em que o ataque em força seja orientado para essas áreas, pela disponibilidade de meios por parte do Comando, as condições normais de vida serão nelas restabelecidas, à medida que fiquem limpas dos bandos adversos.

A concepção e a condução das operações militares não-de, pois, assentar, antes do mais, na "desmultiplicação" da potencialidade dos bandos adversos, através de ações de envergadura, montadas e executadas em regiões extensas que englobem as áreas onde o inimigo esteja presente e, em seguida, na "redução" dos grupos resultantes daquela "desmultiplicação", mercê de uma ação sistemática de busca e de caça que, realizada por tôda a parte e a todo o instante, em íntima coordenação nas diversas áreas visadas, revolva, por completo, essas regiões.

Competirá a primeira fase aos escalões superiores, desde o Comando-Chefe até ao setor, consoante a extensão das áreas infestadas pelos bandos adversos e o valor potencial destes, elementos a serem fornecidos pela informação; pertencerá a segunda fase à responsabilidade do escalão subsetor — as malhas elementares da quadrícula — que, para o efeito, poderá contar com um reforço de meios se o setor, ou mesmo a zona, o tiver por necessário.

Revelar-se-á improficuo todo o trabalho que não seja montado nestas bases, e, em particular, os esforços desenvolvidos nas malhas elementares a nada conduzirão, podendo mesmo ultrapassar os limites da inutilidade para pisarem terrenos do contraproducente, em virtude da impossibilidade de dotar as respectivas guarnições com os efetivos que garantam ações de força contra os bandos.

Assim, como consequência da atividade das forças de proteção e de intervenção, *caracterizada fundamentalmente pela permanência e continuidade, pela intensidade e agressividade*, os bandos adversos não poderão nem operar, no tempo e no espaço, com a liberdade de ação de que necessitam nem sobreviver em condições de potencialidade, como aconteceria se a ação militar das forças da ordem fôsse desenvolvida nos moldes clássicos. E a falta de liberdade de ação e de potencialidade traduzir-se-á, em última instância, na impossibilidade de cumprirem a missão que, no quadro da subversão, lhes pertence: o combate às forças da ordem.

Se tivermos em conta que o adversário não pretende — até porque não pode — vencer a guerra subversiva no campo militar mas sim manter indefinidamente a ação nesse campo, de modo a fatigar a ordem estabelecida, a esgotá-la material e espiritualmente e, assim, levá-la a abandonar a luta, somos forçados a reconhecer que de muito pouco valerá — para não dizer de nada valerá — tudo quanto se possa fazer se continuarem intactas as bases externas do adversário, onde este se "alimenta".

Na verdade, tal situação permitir-lhe-á reconstituir-se, em prazos mais ou menos longos, dos golpes sofridos, prolongando assim a luta por tempo indeterminado.

Daí, a indispensabilidade de eliminar, direta ou indiretamente, mas a todo o custo, essas bases. É a imposição da "lei do isolamento", no aspecto externo. E quando essa eliminação não possa ser feita pela manobra diplomática ou pelo encerramento das fronteiras, terá de ser alcançada através de uma ação especial, a ser realizada com meios especiais e em circunstâncias particulares. Só assim será possível esgotar o inimigo e impedir que ele esgote as forças da ordem, base indispensável à sua destruição.

Como consequência, a estratégia apontada para a ação militar será incompleta se se circunscrever ao território nacional. Há-de ela transpor as fronteiras para se estender aos territórios — vizinhos e não vizinhos — onde o adversário disponha de "fontes" que alimentem o seu esforço de guerra.

A ESTRATÉGIA DE REAÇÃO À SUBVERSÃO NÃO PODE SER APENAS DEFENSIVA, POIS CONDENARIA A ORDEM ESTABELECIDÀ À DERROTA INEVITÁVEL; ESSA ESTRATÉGIA TEM DE SER, ESTRUTURALMENTE, ESSENCIALMENTE, OFENSIVA E SER CONDUZIDA COM AGRESSIVIDADE, SEM OLHAR A SACRIFÍCIOS, EM TODAS AS REGIÕES, TERRITÓRIOS OU PAÍSES ONDE A PRESENÇA DO INIMIGO SE VERIFIQUE, QUALQUER QUE SEJA A FORMA DE QUE SE REVISTA.

Informações e transmissões

Não basta montar a máquina e utilizá-la de harmonia com a doutrina exposta, para estarem asseguradas as condições da vitória.

Na realidade, o êxito na ação militar não será uma realidade se não existir uma perfeita rede de informações, servida por um impecável sistema de transmissões.

Na guerra convencional ou nuclear, é fácil situar o inimigo, como fácil é também conhecer os seus fins de guerra, sempre simples e precisos. Vão será tentar, por uma propaganda ainda que hábil, converter esse inimigo à nossa causa ou levá-lo a cessar o combate antes de ser batido. Para vencer, a Nação e as suas Forças Armadas põem em jogo a totalidade dos seus recursos materiais e morais. Todo o indivíduo que pactue com o adversário, ou de qualquer maneira favoreça os seus desígnios, será considerado traidor e como tal tratado.

Na guerra subversiva, bem diferentes são as coisas. A dificuldade na definição do inimigo é desmarcada: nenhuma fronteira material separa os dois campos e o limite entre amigos e inimigos passa no próprio seio da nação, numa mesma aldeia, por vezes até numa mesma família. E, no entanto, esta fronteira, que não se vê nem se conhece, que, em geral, é ideológica, imaterial, tem imperativamente de ser traçada para que se possa atingir com segurança o adversário e vencê-lo.

Dai, a necessidade imprescindível de uma informação perfeita, estabelecida em superfície por toda a parte, suscetível de ser explorada em tempo útil.

Porque o adversário, diluído no seio da população, está por toda a parte e em parte alguma, a sua detecção apenas será possível através de muito cuidadosa informação; porque o adversário desaparece tão rapidamente como aparece, o contato com ele só poderá ser estabelecido se a transmissão da informação for instantânea. A não se verificarem estas duas circunstâncias, nunca o inimigo será conhecido ou localizado — a não ser por mero acaso — e, mesmo que assim seja, desaparecerá sempre antes de desencadeada a ação para o aprisionar ou destruir.

A reação contra a subversão não pode assentar no acaso. *Pretender lutar contra o adversário sem dispor de um aperfeiçoadíssimo serviço de informações* — organizado também no seio da população e com elementos dela mesma — *e de uma eficientíssima rede de transmissões* — montada com base na rádio — *é viver na mais ingênua das ilusões*; pior, é gastar energias valiosas sem qualquer rendimento, criando assim um estado de espírito de desalento e de descrença, quer nas forças da ordem quer na opinião pública. E esta, cansada e desmoralizada, sem curar de saber a verdadeira causa do fracasso, acabará por acusar aquelas de incapacidade e de inutilidade, cometendo a mais lamentável das injustiças.

A INFORMAÇÃO, SERVIDA PELAS TRANSMISSÕES, CONSTITUI, NESTA MODALIDADE DE GUERRA, O PILAR DE TODA A AÇÃO MILITAR. Sem elas, tudo se fará ao acaso, às cegas, às apalpadelas, com desperdício total de esforços e energias, concedendo plena liberdade de ação aos bandos adversos para atuarem onde, quando e como quiserem, o que é a negação absoluta dos conceitos em que o combate tem obrigatoriamente de se estruturar.

Se se não colocar na base da ação militar a existência daqueles dois elementos, só há uma atitude a tomar: desistir da luta.

b) AUTODEFESA DAS POPULAÇÕES

Na guerra normal, as forças armadas estão em condições de, por si sós, realizarem a ação porquanto o adversário é bem definido.

O conhecimento que têm do antecedente sobre a constituição das suas forças, a orgânica das suas unidades, a natureza e as quantidades do material, o valor das suas formações e dos respectivos quadros, proporciona-lhes saberem quem é o inimigo.

A presença permanente das duas forças adversas ao longo de uma frente de contato bem definida e os elementos fornecidos pela observação e pela informação, que lhes proporcionam o conhecimento do terreno ocupado pelo inimigo, dizem-lhes onde e quando se encontra este.

Por fim, o conhecimento das suas doutrinas de guerra e de combate e da orientação que imprime à preparação dos seus quadros e das suas

tropas permite-lhes saberem as bases gerais da forma como se conduz na ação.

Quer dizer, na guerra clássica, sabe-se concretamente quem é o inimigo, onde se encontra e como atua. Daí, a possibilidade das forças armadas chamarem exclusivamente a si a responsabilidade de o enfrentar, necessitando apenas, como é natural, por parte das populações, do seu apoio na retaguarda, para terem assim a garantia da manutenção da frente.

Na guerra subversiva, estas constantes, bem definidas, desaparecem por completo. O adversário é toda a gente e não é ninguém: pode ser o criado que, há longos anos e sorridentemente, nos serve, todas as manhãs, o "mata-bicho" ou o funcionário que, com todo o zelo e a máxima correção, trabalha lado a lado conosco na mesma repartição, gozando do nosso convívio do dia a dia; pode ser o vadio que vive de expedientes e pequenos roubos ou o intelectual que faz lições admiráveis aos seus alunos; pode ser o sabotador que se "esquece" de manobrar a alavanca de segurança duma máquina, ao findar o trabalho do dia, ou o grupo de terroristas que, a coberto das sombras da noite, saqueia uma herdade e massacra os seus ocupantes.

E, se não se sabe quem é, também não se sabe onde e quando está presente. A frente de contato desapareceu para dar lugar a uma superfície onde, diluído clandestinamente no seio da população, o inimigo aparece e desaparece como um fantasma, a criar por toda a parte um ambiente de incerteza e de insegurança. É absoluta a impossibilidade de saber se, em determinado momento, o terrorista ou o sabotador se encontra em determinado local. O que se sabe, sem sombra de dúvida, é que pode surgir, e surge, em qualquer lado e em qualquer instante.

Pode êle estar dentro de nós mesmos porquanto, se amanhã formos submetidos por sua parte a uma ação de intoxicação psicológica ou a uma ação de terror, não se sabe como reagiremos nem se sabe até quando resistiremos e a partir de que momento alinharemos com êle.

Este adversário, que se desconhece quem é e onde está, atua sempre no mistério. Tem a consciência de que, se se empenhar abertamente, será imediatamente batido. A sua fraqueza obriga-o a ser cauteloso e a procurar no silêncio e na sombra os aliados que lhe dêem a vitória. Tão depressa desencadeia aqui uma emboscada contra uma coluna automóvel como, logo a seguir, realiza, alguns quilômetros além, um golpe de mão contra uma fazenda isolada; leva a efeito, em dois ou três dias, uma ampla e intensiva onda de terrorismo em determinada área para se submeter imediatamente a uma completa inatividade durante algumas semanas; faz saltar aqui uma ponte para, além, assassinar, com requintes da maior barbaridade, velhos e crianças, homens e mulheres; lança, nesta vila, uma bomba contra um autocarro cheio de crianças que, alegres e despreocupadas, saem da escola e destrói pelo fogo, naquela outra, uma plantação que representava anos e anos de esforços imensos e sacrifícios dolorosos.

Este é o adversário que realiza a ação militar na guerra subversiva, o inimigo que se tem de enfrentar, e que bem diferente é, em tudo, daquele que faz a guerra clássica.

Desencadeia ele o perigo por todo o lado, perigo que se traduz nas formas mais inverossímeis: é uma bomba relógio colocada no esconso da nossa casa ou do nosso gabinete de trabalho ou ainda debaixo de uma cadeira da sala de um cinema; é uma armadilha colocada no nosso carro e que funcionará logo que ele entre em movimento; é uma lapiseira incendiária deixada na gaveta da nossa secretária; é o veneno mortal deitado na comida que o criado nos prepara para o almoço.

Embora esteja em toda a parte, ignora-se onde se encontra o inimigo; pressente-se a sua presença mas não se é capaz de o detectar. Da mesma forma, surge o perigo por todo o lado e a todo o instante, mas escapa a sua concretização; suspeita-se mas não se consegue distingui-lo.

Porque assim é, se se quiser dar combate a esse adversário e anular tal perigo, ter-se-á, como ele, de estar presente por toda a parte e a todo o momento. Esta presença tem de ser física, uma presença de força, para destruir a máquina revolucionária criada por ele.

Não há país algum no mundo — por mais poderoso que seja — capaz de estar presente por todo o lado, com uma densidade tal que dê garantia plena de segurança a toda a gente e a todos os bens. Para se ficar com uma idéia de que assim é, direi que, para fazer uma ocupação eficiente, torna-se necessário contar com uma companhia por cada 25 km², nas regiões de grande ou média densidade populacional, ou um militar por cada 10 a 15 habitantes, nas regiões de baixa densidade populacional. Se se recordarem, por exemplo, as áreas de Angola e Moçambique a distribuição das suas populações, poder-se-á ter uma visão do número de milhares de companhias necessárias à ocupação das duas províncias. Isto mostra bem a impossibilidade de o fazer.

Dai, a indispensabilidade de encontrar uma solução, solução aliás adotada por todos quantos quiseram enfrentar com êxito este adversário.

Para o destruir, há, como já frisei, duas missões fundamentais: a *segurança* ou *proteção estática* e a *caça sistemática* ou *ação dinâmica*.

É fácil a primeira tarefa: não exige qualquer técnica especial e a sua execução tem sempre lugar a coberto de edifícios ou de trabalhos de proteção previamente realizados, contra um inimigo que progride a peito descoberto. A sua realização apenas reclama a existência de armas e de homens e mulheres que as saibam manejar e estejam decididos a usá-las na proteção de vidas e haveres — suas e dos seus semelhantes — a firme determinação de "agüentar" e os conhecimentos elementares sobre a utilização dessas armas e a posição que cada um tem a ocupar no conjunto do dispositivo de proteção criado.

A outra tarefa é, ao contrário, extremamente difícil e perigosa, pois, havendo que caçar o inimigo por todo o lado, estar-se-á permanentemente

exposto às suas reações. Exige, como tal, uma técnica especial, a adquirir por meio de uma instrução especializada que confere ao homem conhecimentos próprios e específicos para a realizar. Obriga ainda a dispor de indivíduos com determinado número de qualidades que, embora próprias do Homem, estão nêles adormecidas, qualidades a despertar e a aperfeiçoar através de uma preparação ajustada. Implica, por fim, a existência de meios técnicos especiais que não podem estar ao alcance de todos na sua aquisição e no seu emprêgo, uma vez que êste exige técnica especial, a ser dada por uma preparação longa e difícil, e aquela reclama meios financeiros muito avultados. O conjunto destas necessidades representa a obrigação de dispor de um organismo próprio: as forças armadas.

Já pelo perigo que a missão envolve e pela técnica que exige, já pelas qualidades reclamadas para os homens empenhados na missão e pelo material técnico a pôr em ação, as forças armadas são, na verdade, o único órgão que pode chamar a si a responsabilidade de tal missão.

Se as distraíssemos para a realização da missão de proteção — porque esta tem de se fazer por toda a parte, em todos os núcleos populacionais, por mais modestos que sejam, considerando dentro de cada um dêles cada bloco de casas e cada casa — ir-se-iam hipotecar efetivos elevadíssimos para garantir essa proteção, abandonando quase por completo a missão de caça e destruição do adversário.

Como não é possível ter garantida a proteção se o inimigo continuar a dispor de toda a liberdade de ação, deslocando-se por todo o lado e desferindo os golpes onde, quando e como quiser, a missão de caça e destruição reveste-se de caráter decisivo. Por isso mesmo, e ainda porque é a mais perigosa e complexa, não se pode nem distrair dela as forças armadas para as consagrar à tarefa da proteção, bem simples, nem atribuir a responsabilidade da sua execução à população.

Nesta linha de pensamento, há que apelar para as populações no sentido de colaborarem com as forças armadas, chamando a si a missão de proteção, para cuja execução contarão com o apoio de um certo número de unidades militares, destinadas a êsse fim, deixando todas as outras para o cumprimento da missão perigosa. Desta forma, libertar-se-ão os meios técnicos indispensáveis à procura do adversário, impedindo que êle surja onde e quando muito bem lhe apetece.

A esta cooperação das populações na luta ativa contra o adversário chama-se *autodefesa*. É a defesa das populações feita por elas mesmas.

Todo o trabalho de esclarecimento das populações tende, indiretamente, a criar no seu espírito o estado de consciência da necessidade de colaborarem com as forças armadas na luta ativa contra o rebelde, levando-as a reconhecerem que têm qualquer coisa a defender.

É da emergência desta consciência, e não da publicação de qualquer diploma legal, que nascerá a autodefesa. O diploma virá, depois, para

regulamentar, para disciplinar, para organizar, o esforço da população, surgido voluntariamente.,

A autodefesa nasce quando se verifica, de fato, o aparecimento de uma consciência coletiva, quando no sentimento de cada um, na alma de cada um, há o reconhecimento indiscutível da necessidade de atuar. Quando tal acontece, a força que leva o indivíduo a atuar não é a força determinada pelo instinto de conservação individual, não é a força do egoísmo, que o arrasta a defender a sua pele. Não; uma vez surgida aquela consciência, a força que dela resulta é a da necessidade de defesa da coletividade a que cada um pertence, pois essa consciência dá-lhe a certeza de que a sua própria proteção depende da proteção do grupo em que está integrado.

Todo aquele que pensa apenas em si, levado pelo egoísmo feroz, acaba por ser inexoravelmente trucidado. Pode um indivíduo isolado no mato ou na montanha dispor de quantas pistolas-metralhadoras quiser — ou de qualquer outro armamento —. Se, porém, estiver só — ou mesmo acompanhado de mais um ou dois indivíduos — não poderá acionar aquelas armas, acabando irremediavelmente por ser massacrado. Só na medida em que se integrar numa defesa de conjunto, como peça da máquina de autodefesa, é que a sua proteção estará garantida e poderá ter a certeza de que sobreviverá. Do contrário, ficará, por mais que faça, à mercê da brutalidade do rebelde.

Empenhada ao lado das forças da ordem na luta contra o rebelde, a partir do momento em que se responsabilizou pela defesa das suas povoações, a população deseja ir mais além; acaba por pretender também colaborar na destruição do adversário.

Aproveitar-se-á desse desejo, criando grupos auxiliares, a integrar nas unidades de intervenção das forças da ordem ou mantidos independentes, sob a forma de "comandos", como grupos de intervenção.

Aumentam-se, desta maneira, as possibilidades das forças de intervenção — sobretudo as do contato — pelo precioso auxílio prestado por tais grupos. Os seus elementos constitutivos, voluntários, naturais da região, reunirão todas as condições para atuarem com eficiência contra o rebelde visto conhecerem os postos de vigia mais interessantes, as passagens e os pontos de água existentes, o significado dos vestígios sobre uma pista. E mais acentuadas ainda serão estas vantagens se alguns destes forem antigos rebeldes feitos prisioneiros ou seus desertores, agora recuperados, pois, ao perfeito conhecimento do terreno, juntarão a sua prática e muitos outros conhecimentos, de que importa destacar o dos esconderijos de víveres e munições, da localização dos quartéis, dos hábitos dos bandos rebeldes, da estrutura e métodos da organização político-administrativa, da data das viagens dos coletores de fundos, etc.

Estes grupos estarão sempre aptos a tomarem parte nas operações de contato com o adversário, pelo que as circunstâncias de serviço dos seus homens são diferentes das dos homens dos grupos anteriores: agora,

abandonam toda a sua atividade particular normal — se a tinham — para se entregarem apenas à sua nova tarefa, o que envolve a obrigação de se lhes criarem condições de vida própria.

A organização da autodefesa das populações implica a criação de uma quadrícula que cubra a totalidade do território, havendo toda a conveniência que coincida, por toda a parte, com a quadrícula militar, uma vez que a responsabilidade da ação, em cada malha, deve pertencer ao respectivo Comando.

Como órgãos de execução desta orgânica, haverá as *unidades de autodefesa* que, articuladas em seções, pelotões e companhias e enquadras, sempre que possível, por elementos militares dos quadros da reserva ou do complemento ou ainda na situação de licenciados, englobarão três tipos:

- as *unidades de proteção*, destinadas a garantirem a segurança das vidas e dos bens nas diferentes localidades,
- as *unidades de intervenção*, com a missão de destruírem ou colaborarem na destruição de bandos armados rebeldes,
- as *unidades de recuperação econômica*, encarregadas de protegerem os corpos de trabalho, criados para as atividades de normalização e recuperação econômica das regiões afetadas pelo adversário.

As primeiras serão criadas em cada uma das malhas da quadrícula, cumprindo a cada um dos seus aglomerados populacionais, sejam povoações ou empresas — industriais, agrícolas ou comerciais — organizar tantas seções quantas lhes permitirem as suas possibilidades e reuni-las, se necessário, em pelotões e companhias. A sua missão será cumprida nas localidades — ou empresas — onde hajam sido organizadas e onde os seus elementos tenham residência ou emprego habituais, ao contrário do que sucede com as unidades de intervenção que, criadas apenas quando haja voluntários expressamente oferecidos para o efeito, atuarão em qualquer ponto da sua malha — subsetor, setor ou zona — consoante as necessidades impostas pela situação.

Serão estas ainda que determinarão as condições de existência das unidades de recuperação econômica, a organizar, como as de intervenção, apenas com indivíduos que voluntariamente desejem fazer parte delas e a empregar em qualquer ponto do território nacional, independentemente da área ou da localidade a que tais indivíduos pertençam.

É evidente que uma autodefesa não tem como única preocupação lutar com armas na mão. Não se pode esquecer que toda a ação de combate exige, imperativamente, um apoio que garanta as condições de vida e de luta dos que naquele estão empenhados. Por outro lado, há um sem número de tarefas subsidiárias a realizar, obrigatoriamente, sem o que todo o esforço da luta será improficuo. Daí, a indispensabilidade de criar, em paralelo com as unidades de autodefesa, as *formações lo-*

gísticas, aproveitando, para isso, não só as mulheres e as crianças mas também os homens que, pela sua idade e pelo seu estado físico, não possam fazer parte daquelas e os que, embora satisfazendo a tôdas as condições para a elas pertencerem, tenham profissão especializada, própria para aquelas funções.

Assim, poder-se-ão dividir os habitantes de cada aglomerado populacional, seja povoação ou empresa, em dois escalões, consoante a sua capacidade de ação, determinada pelo sexo e pelas aptidões físicas, destinando o primeiro à organização das unidades de autodefesa e o segundo à constituição das formações logísticas.

O sistema de autodefesa representa um dos mais valiosos meios de dominar a rebelião: graças a êle, as unidades militares, libertas em grande parte das missões de proteção, poderão ser lançadas para as zonas ainda sob o domínio do rebelde, aniquilando-o ou pelo menos repelindo-o cada vez mais longe, destruindo as suas bases e alargando assim progressivamente as zonas que, libertas dos bandos, regressam à ordem.

Verifica-se, pois, que criar a autodefesa mais não é do que aumentar substancial e, portanto, eficientemente a densidade do dispositivo da quadricula.

Cumprir levar a população a reconhecer a necessidade — mais: a indispensabilidade — de se organizar em autodefesa para atuar contra o rebelde, sempre apoiada pelas unidades militares.

É êste o maior ensinamento de todos os casos de guerra subversiva vividos até hoje: OU AS POPULAÇÕES LUTAM PELA ORDEM ESTABELECIDADA, E ESTA VENCERÁ, OU PASSAM PARA O CAMPO DO REBELDE, E SERÁ VENCIDA.

c) AÇÃO POLICIAL

Os bandos armados constituem apenas um dos ramos da organização militar rebelde. A sua destruição, embora de todo indispensável, de modo algum representará a destruição da subversão. Na verdade, esta continuará a sobreviver através da sua organização político-administrativa, que a alimentará, apoiada nos outros dois ramos da organização militar: sabotagem e terrorismo.

Não cessarão, portanto, as atividades do rebelde. Antes prosseguirão, muito embora orientadas particularmente no sentido de reconstituir os bandos destruídos, para o que retomará, intensificando-as com dureza, as atividades de sabotagem e de terrorismo urbano. É a lei da subversão que define a relatividade dos potenciais de combate e de terrorismo: caminham êstes potenciais em sentido inverso, pois, à medida que a organização rebelde se desenvolve e a sua atividade se acentua, consolidando de dia para dia a adesão das populações, a atividade terrorista, depois de atingir um máximo, vai decrescendo regular e rapidamente, intensificando-se em paralelo a de combate, até chegar um momento

em que, cessada aquela por completo, esta cresce sucessivamente e regularmente até à vitória. Mostra, de fato, a experiência que, quanto mais a rebelião ganha para a sua causa as populações, mais o terrorismo, tornado inútil — e até mesmo contraproducente — passa a diminuir e mais o poder militar — destinado a combater as forças da ordem — continua a aumentar.

Quer dizer, na subversão, ao máximo do poder militar corresponde o mínimo de ação terrorista, senão mesmo o seu total desaparecimento. Como conseqüência, à medida que, por efeito da ação das forças da ordem, o poder e a atividade militares do rebelde, através dos seus bandos e das suas unidades, começam a declinar, a atividade terrorista e de sabotagem retoma uma marcha ascensional para compensar a insuficiência militar.

Assim, a destruição dos bandos armados rebeldes — e das suas unidades, se já as possuir — não é suficiente para se alcançar a vitória. Não bastará a manobra de combate contra eles. A ação das forças da ordem terá de ser mais vasta e profunda.

Aquela manobra há-de conjugar-se, no tempo e no espaço, com uma ação policial contra a organização político-administrativa rebelde e as suas organizações de sabotagem e de terrorismo. Só assim as dimensões da luta contra o adversário atingirão a escala indispensável à conquista da vitória.

Sem esta conjugação, que leve, em qualquer zona, a abranger a totalidade da “máquina rebelde”, os esforços realizados pelas forças armadas acabarão por se tornar inúteis, mesmo que consigam abater numerosos rebeldes e até destruir muitos dos seus bandos. A reconstituição destes e a substituição daqueles, a realizar pela organização político-administrativa, serão apenas uma questão de tempo.

Na verdade, esta intensificará os esforços para restabelecer as fileiras da organização militar, preenchendo as clareiras nelas abertas em resultado dos golpes vibrados pelas forças da ordem, ao mesmo tempo que, pela reativação da sabotagem e do terrorismo, manterá o “domínio” sobre as populações das áreas onde aquelas clareiras se hajam verificado.

Tudo se traduzirá numa questão de tempo, repito-o. E, apesar da sucessividade daqueles golpes, o adversário renascerá continuamente, criando nas forças da ordem um estado de espírito de descrença e de desalento, estado de espírito que acabará por se propagar à Nação, fomentando assim, pouco a pouco, a idéia do abandono.

Em conclusão: *a destruição do adversário há-de fazer-se sobre todos os setores e não apenas sobre os seus bandos armados. A ação militar contra estes terá de se juntar uma ação policial dirigida contra a estrutura político-administrativa rebelde e contra as suas organizações de sabotagem e de terrorismo, por forma a tirar à subversão tôdas as possibilidades de reconstituir os bandos destruídos. Se assim não fôr, a destruição será fictícia e enganadora.*

d) AÇÃO SOBRE AS POPULAÇÕES

Porque é total a guerra subversiva, total há-de ser a resposta a dar-lhe: total por visar todos os indivíduos, total por se exercer em todos os domínios e total, ainda, por todos poderem e deverem contribuir útilmente para ela. Não será, apenas, pela ação militar que a ordem estabelecida vencerá a luta. Aquela, com o seu esforço, há-de abrir o caminho a uma outra ação em que assenta a "pacificação": a ação sobre as populações, para as "vacinar" contra a "doença" que as ameça ou para as "curar" dessa "doença" se, porventura, já por ela foram assaltadas.

Pertence à Administração essa atividade, para o que lhe cumpre, como já frisei, criar meios técnicos, em pessoal e material, indispensáveis à sua realização. Todavia, onde as operações militares estejam em curso, por virtude da subversão já ter passado ao segundo período, porque, aí, o Comando tem de ser único, *será a ação sobre as populações entregue às forças armadas, que, como consequência, assumirão responsabilidade plena da detenção enquanto não desaparecer a violência.*

Não podem, contudo, aquelas distrair os seus elementos das missões em que estejam empenhadas, para as quais serão sempre insuficientes. Daí, a necessidade de as dotar de meios, em pessoal e material, que lhes permitam responder eficientemente a êsse novo, e tão fundamental, encargo. Tais meios ser-lhes-ão dados pela Administração. Assim, as brigadas que por esta hajam sido criadas para atuarem nas áreas, agora operacionais, passarão à subordinação direta dos Comandos de cada uma dessas áreas, que as acionarão da maneira como tiverem por mais conveniente, de harmonia com as diretivas resultantes dos planos de restabelecimento da ordem, em execução.

Esta centralização de atividade nas regiões onde o adversário desencadeou a violência reveste-se do caráter de necessidade imperativa, uma vez que dela depende a coordenação integral que permitirá explorar imediatamente, e de forma mais eficiente, as facilidades proporcionadas pela ação militar, em consequência da destruição material da infraestrutura adversa. Se assim não fôr, para nada terão servido os sacrifícios da ação militar.

Restabelecida a ordem numa ou em diversas áreas, a Administração retomarà aí as suas funções plenas, ficando assim as forças armadas libertas de preocupações que, em condições normais, só àquela devem pertencer e que haviam chamado a si unicamente pela necessidade de obter, em limitado período de tempo, a convergência integral de todos os esforços, dentro de um único pensamento e de uma só vontade.

Quer dizer, as forças armadas mais não fazem, perante a alteração das condições normais de vida de uma população, do que enfrentar e eliminar essa alteração, restituindo a vida à normalidade, condição necessária para que a Administração retome a sua verdadeira tarefa, em toda a plenitude, dominada pela obsessão de tudo fazer no sentido de eliminar, por completo, os fatores positivos da subversão.

Nem só nas áreas onde domine a violência as forças armadas devem preocupar-se com a ação sobre as populações. Constituem elas sempre, onde quer que se encontrem, valiosos elementos colaboradores nessa ação. Não se compreenderia, de resto, nem seria de aceitar, que, nesta necessidade imperativa de convergência de esforços, elas se conservassem estranhas ou fôssem mantidas afastadas de uma atividade de tão fundamental importância e para a qual tantas qualificações reúnem.

Na verdade, presentes em todo o lado, e dispondo de meios importantes, poderão elas realizar, por si, através da quadricula que montam, um conjunto de trabalhos que em elevado grau contribuirão para o êxito da ação.

A quadricula criada pela Administração, somar-se-á, pois, a quadricula militar, que chamará a si a exclusividade da ação onde e quando aquela não possa cumprir a missão e completando o seu trabalho onde e quando esse trabalho se faça em condições deficientes.

Esta ação só poderá ter efetivação real se todas as unidades militares — independentemente da Arma ou Serviço — tiverem na sua orgânica um “destacamento de ação psico-social” — de composição variável com o escalão — de modo a que cada uma possa tomar à sua responsabilidade o trabalho que, sobre as populações, venha a ser-lhe atribuído.

Deverá ainda fazer parte dessa orgânica, no respectivo Comando e ao mesmo nível que os seus dois oficiais das operações e do apoio logístico, um terceiro elemento que, a todo instante e mais particularmente durante a elaboração da decisão, intervenha para apresentar todos os aspectos humanos, o fator humano da guerra. Será ele que, acionando, dentro do espírito das diretrizes do escalão imediatamente superior, aquele destacamento, planificará, organizará e, difundindo as conseqüentes ordens de execução, conduzirá não só a luta psicológica contra o adversário mas também a ação psicológica sobre os homens da própria unidade e a ação psico-social sobre as populações entregues, para o efeito, à sua responsabilidade.

Como complemento natural e imprescindível, importa, por um lado, ministrar aos destacamentos psicossociais os conhecimentos técnicos indispensáveis à realização da ação e, por outro lado, dar a todos os combatentes a noção exata do papel que cada um tem a desempenhar junto das populações bem como os erros que lhes cumpre evitar para não comprometerem toda a ação.

A necessidade da instrução psico-social surge, assim, como um imperativo, sem o que não será possível integrar, no quadro geral da pacificação, o trabalho das forças armadas, com a eficiência e a realidade que pode e deve ter.

Do conjunto da ação sobre as populações, a atividade desenvolvida pelas forças armadas nesse campo será, pois, uma quota parte valiosíssima. Como conseqüência, integrar-se-á nesse conjunto. Deve, assim, ela

resultar da planificação geral dimanada do órgão responsável pela orientação e coordenação superiores da ação sobre as populações, planificação a ser feita em íntima ligação com as forças armadas. Alcançar-se-á, desta maneira, a nível superior, uma coordenação que impedirá a divergência de esforços.

Tal coordenação, contudo, não poderá limitar-se a este nível. Porque, ao passar à execução da missão, poderão surgir dificuldades, nascidas da incompreensão de alguns executantes, importa eliminar tal possibilidade de atritos, estendendo ao escalão executivo aquela coordenação, que, de resto, permitirá também evitar a sobreposição de ação, numas áreas, e a ausência de qualquer atividade, noutras áreas.

Assim, graças a uma ajustada planificação levada até aos escalões mais modestos, far-se-á uma repartição de trabalho por forma a que se consiga cobrir a maior parte, senão a totalidade, do território de cada parcela. Haverá, portanto, áreas em que toda a ação poderá ser entregue às forças armadas e outras onde o trabalho destas se processará lado a lado da atividade do serviço de ação psico-social da Administração. E isto, qualquer que seja o caso considerado, sempre em íntima ligação com as autoridades administrativas locais e de harmonia com as diretivas elaboradas superiormente pelo órgão diretivo que, para o efeito, deverá contar não só, organicamente, com um oficial inspetor mas também com um ou mais oficiais de ligação, nomeados pelo Comandante-Chefe do território.

Tudo quanto se faça no domínio da ação sobre as populações sem respeito pelos princípios expostos será puro amadorismo, servido por simples improvisação, de que não-de resultar — como a atualidade está a demonstrar de forma iniludível — conseqüências desastrosas.

Grças a esta ação, será possível despertar nas populações um estado de espírito favorável à solução de um dos problemas mais decisivos na luta contra o rebelde.

Este, que ocupa com os seus bandos as regiões ou zonas de refúgio — áreas difíceis, já pelas condições de vida, já pelas condições de acesso — necessita, para viver, do apoio da população que lhe tem de fornecer tudo aquilo que nessas zonas de refúgio não encontra.

A dispersão da população — muito grande nalgumas áreas, indo até, por vezes, à presença de uma única família — dada a impossibilidade das forças da ordem estarem presentes junto de cada localidade, para impedir que o adversário surja — ou, se surgir, consiga o que pretende — permite a este obter todo aquele apoio de que necessita não só para subsistir mas também para lutar. É abordando essas localidades — e pode fazê-lo sempre, em virtude da sua liberdade de ação — que consegue adquirir víveres para se alimentar, pessoal para refazer os seus bandos e informações que o esclareçam sobre as atividades das forças da ordem. A população é, dos rebeldes, uma presa tanto mais exposta quanto mais dispersa se encontra. E isto porque a dispersão significa, na guerra subversiva, isolamento.

Este apoio, dado por tais localidades, nem sempre significa que os seus habitantes estejam com o adversário: resulta, sim, de uma imposição pela força, com o massacre impiedoso dos que se recusem a prestar colaboração.

Na impossibilidade de as forças da ordem estarem presentes em toda a parte, manter as populações assim dispersas e abandonadas será, por um lado, facilitar a vida ao adversário e, por outro lado, fazer com que essas populações, entregues a si próprias, acabem por sistematicamente auxiliar o rebelde ou mesmo por aderir a êle, quanto mais não seja por medo.

Terminar com essa dispersão constitui, pois, um imperativo, a alcançar pela reunião das populações em núcleos mais importantes. Assim, conseguirá a ordem estabelecida, para cada área, transformar um número infindável de povoações em três ou quatro centros apenas, realizando desta forma uma manobra que vai criar o "vazio" nessa área, pela retirada das populações. E esta manobra fará com que o adversário deixe de encontrar o apoio de que carece para viver e lutar.

É certo que êle pode abordar os novos núcleos populacionais, mas, porque êstes, em vez de serem constituídos por duas ou três famílias apenas, nasceram do agrupamento de algumas dezenas, centenas, senão mesmo milhares de famílias, os resultados que colhe serão bem diferentes dos que consegue quando aborda um cantineiro isolado ou uma aldeia perdida no mato ou na montanha. Não esqueçamos que "a união faz a força"...

O trabalho coletivo nascido do reagrupamento cria sentimentos de solidariedade, de confiança e de força, dados pela massa e pelo número, fazendo surgir as condições necessárias ao empenhamento da população na luta.

As novas povoações, transformadas em pontos fortes, enfrentarão facilmente os bandos armados do rebelde — até aí, senhores da situação e origem do terror que em permanência dominava os habitantes — quer neutralizando os seus assaltos quer perseguindo-os e destruindo-os. E o rebelde, que não pode viver no "vazio", ao perder o apoio logístico e operacional da população — condição fundamental para a sua ação e a sua sobrevivência — ver-se-á obrigado a abandonar essa região, por se tornar aí impossível a sua existência, tanto mais que as forças da ordem, agora bem informadas, passarão a realizar uma atividade intensiva, surpreendendo-o por todo o lado e aniquilando todos os que persistam em manter-se na região.

Além destes resultados, no campo da segurança — já de si tão importantes, visto permitirem que a ação militar se faça sentir, sem restrições, sobre o conjunto da região — o reagrupamento abre o caminho para uma mais rápida e sólida promoção social e econômica das populações.

Assim, ao reagrupar estas, começar-se-á por criar condições de facilidade para a realização da ação sobre elas. É extremamente difícil,

pelos esforços incomportáveis que exigiria, levar a efeito esta ação quando as populações estão demasiado dispersas, salpicadas por todo o lado. Tal dificuldade, porém, desaparecerá se estiverem reunidas. O rendimento será muito superior uma vez que os esforços realizados atinjam massas maiores.

Se se passar ao plano econômico, as vantagens colhidas traduzem-se, em síntese, num aumento de produção e numa conseqüente elevação do nível de vida, ambos resultantes, não só de uma mais eficiente assistência técnica às atividades da população e de uma mais ampla ajuda financeira com vista ao desenvolvimento dessas atividades, mas também da intensificação das trocas comerciais, graças ao melhoramento e à ampliação da rede de estradas e caminhos; no plano social, os êxitos são representados sobretudo pela criação de um novo tipo de sociedade, visto incutir-se no espírito dos habitantes, por um lado, a nação da sua verdadeira posição no seio da comunidade a que pertencem, despertando nêles os laços da solidariedade e, como tal, o sentimento das suas responsabilidades para com os seus compatriotas, e, por outro lado, a consciência das suas reais possibilidades, resultados conseguidos pelo contato direto das populações com as dificuldades dos problemas, em cuja solução passam a colaborar ativamente.

Assim, a ordem estabelecida, ao despertar nos espíritos, através de uma ação educativa, o desejo de se reagruparem, pelo conhecimento das vantagens que para todos advêm de se constituírem em agregados, edifica, por intermédio do reagrupamento, um novo equilíbrio, mais estável e mais sólido, porquanto, ao ser-lhe possível a concentração de meios de toda a natureza — espirituais e materiais — próprios para garantirem a evolução de uma população subdesenvolvida, consegue transformar as condições de vida e a mentalidade desta população, fazendo de cada centro de reagrupamento um verdadeiro foco de expansão, um autêntico centro de promoção social. E o conjunto de tais centros formará a base indispensável do êxito do contra-ataque a desencadear.

Em síntese:

uma vez surgida a violência,

1) a DETENÇÃO DA AMEAÇA

a) *reclama a imediata intervenção das forças armadas, que realizarão a sua ação contra a estrutura militar rebelde:*

— *através de um dispositivo de "quadricula" que, montado com base nos fatores populacionais,*

— *cubra todo o território, embora com densidade variável de área para área, de harmonia com a situação nelas existente;*

- se articule em unidades com características diversas, consoante a tarefa a realizar;
 - estabeleça completa diferenciação de responsabilidades de combate e de apoio logístico;
 - adotando em permanência uma estratégia ofensiva, assente
 - na “desmultiplicação” do potencial do adversário e na “redução” dos núcleos resultantes daquela;
 - na destruição das bases externas do adversário;
 - criando um perfeito serviço de informações, assistido de uma excelente rede de transmissões;
- b) exige a execução de uma ação policial contra a infraestrutura rebelde, em conjugação íntima com a ação militar;
- c) impõe que se entregue às forças armadas a responsabilidade total da reconquista das populações nas áreas operacionais e a missão de cooperar com a Administração nessa tarefa nas áreas não operacionais;
- 2) o CONTRA-ATAQUE processar-se-á segundo as mesmas bases do período da incubação.

III — CONCLUSÃO

Dou por findo este trabalho. O pensamento que o informa pode sintetizar-se nas seguintes palavras:

as bases gerais em que terá de assentar o comportamento na luta contra a subversão, se se quiser vencer e, vencendo, sobreviver, hão-de ser:

uma AÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL, assente

numa vasta manobra diplomática

na criação de uma CONSCIÊNCIA NACIONAL, apoio de uma MÍSTICA que há de preparar e levar a todos os sacrifícios,

no aumento da presença do homem branco nas parcelas nacionais de além-mar;

prolongamento e completamento, nessas parcelas, da ação de âmbito nacional por uma AÇÃO DE ÂMBITO LOCAL, estruturada

numa DETENÇÃO DA AMEAÇA EM CURSO, entregando a planificação e a execução da luta a uma direção única, que coordene e acione os serviços e meios próprios, e intensificando-a, onde a situação o reclame, por uma ação militar, enérgica e severa, que assumirá então a plena e exclusiva responsabilidade, num CONTRA-ATAQUE, realizando a promoção das populações pela completa transformação das suas condições de vida, materiais e espirituais.

A execução de algumas das tarefas contidas nestas bases poderá ser imediata, visto depender exclusivamente de compreensão e boa vontade; reclamará, sem dúvida, a de outras, estudo ponderado, a preceder decisão superior.

Fogem umas e outras, quando analisadas nos pormenores de concepção, aos esquemas clássicos por todos aceites; em certa medida, opõem-se mesmo a êles. Tais circunstâncias, ligadas à ausência de uma mentalização acêrca da natureza da luta, determinam uma oposição generalizada à sua adoção.

No entanto, tôdas elas hão-de ser realizadas, sem perdas de tempo e custe o que custar, pela congregação da totalidade dos esforços nacionais e pondo de lado todos os motivos de dissensões, por muito justificáveis que sejam — e na maioria dos casos não o serão — se, na verdade, se quiser esmagar um inimigo que nem desistirá da luta nem poupará o seu opositor, criando um perigo mortal, que se acentuará dramaticamente de dia para dia.

Não tenho a menor dúvida de que todos os esforços serão ABSOLUTAMENTE INÚTEIS se se continuar a desprezá-las. Os fatos se encarregarão de mostrar como até ao dia de hoje, quem está dentro da razão.

Estou firmemente convencido de que só por uma ação baseada nos princípios gerais expostos será possível vencer a tormentosa crise representada pela subversão. Se não forem seguidos, dia virá — mais depressa do que se possa supor — em que, por tôda a parte, as populações arrastadas pelo adversário se levantarão em massa contra a ordem estabelecida, e a desintegração das Pátrias será uma fatalidade trágica.

Que ninguém o esqueça ou ignore...

